

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

CNPJ/MF nº 08.845.618/0001-64



Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (a “Oferta”), totalizando:

R\$50.000.000,00

Classificação de Risco das Quotas Seniores pela Austin Rating: A

Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2007/040 em 02 de agosto de 2007

CÓDIGO ISIN: BRSILVCTF006

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006 (a “Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos e títulos de crédito oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de crédito, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entres estes e seus respectivos Devedores (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora 50.000 Quotas Seniores da 1ª Série, em mercado de balcão, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 21 de maio de 2007 e seu regulamento (o “Regulamento”) e o respectivo ato de constituição foram registrados no 4º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, na mesma data, sob o nº 730080, e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007, e em 1º de novembro de 2007, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493 e em 1º de novembro de 2007 sob o nº 744210. A Oferta está registrada na CVM sob o regime de registro automático desde 02 de agosto de 2007, nos termos da Instrução da CVM 356. O Fundo é administrado pela MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar.

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler a seção “Fatores de Risco”, conforme descrito nas páginas 26 a 31 deste Prospecto. Ainda que a administradora e a gestora mantenham um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a “carteira”), não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua administradora, da gestora do custodiante, da coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este Fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo IV do regulamento do fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste prospecto e do regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira do Fundo, e das disposições deste prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

“A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do Fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

Administradora e Coordenadora

Consultora de Crédito

Gestora



Mellon Serviços Financeiros



Mellon

Mellon Global Investments - Brasil

Custodiante

Assessores Legais

Agência de Rating

Auditor Independente



A Coordenadora desta emissão é Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto é 05 de novembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	3
<i>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES</i>	9
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO</i>	10
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	10
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	11
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	15
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	15
O FUNDO	16
BASE LEGAL	16
PÚBLICO ALVO	16
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	16
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	17
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	20
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO</i>	22
FORMA E ESPÉCIE	22
EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES	22
EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS	22
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO	23
EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	23
AMORTIZAÇÃO E RESGATE	23
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	24
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	24
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	24
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	25
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	25
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	25
<i>FATORES DE RISCO</i>	26
RISCOS DE MERCADO	26
RISCOS DE CRÉDITO	27
RISCO DE LIQUIDEZ	27
RISCO OPERACIONAL	28
OUTROS RISCOS	29
<i>INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS</i>	32
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i>	33
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	33

<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i>	35
COMPETÊNCIA	35
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO	35
<i>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</i>	37
<i>TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	38
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	38
TAXA DE CONSULTORIA	38
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	38
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	38
IOF.....	41
IMPOSTO DE RENDA.....	41
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF.....	41
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	42
GESTORA.....	44
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	45
CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO	46
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	47
AUDITORIA.....	47
<i>DIREITOS DE CRÉDITO</i>	48
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	48
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	48
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	48
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	48
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	49
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	50
INADIMPLENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
POLÍTICA DE COBRANÇA	51
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	51

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo.....	53
Anexo II	Suplemento do Regulamento Relativo à 1ª Emissão de Quotas Seniores.....	115
Anexo III	Súmula de Classificação de Risco	119

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	é a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência de Classificação de Risco	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Agente Escriurador	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Agentes de Recebimento	é o Banco Bradesco S.A..
Amortização Programada	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série.
Assembleia Geral	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.
Auditor Independente	é a KPMG Auditores Independentes.
BACEN	é o Banco Central do Brasil.
BOVESPAFIX	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo.
Cedentes	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Termo de Cessão.
CETIP	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários.
Consultora	é a Silverado Informações Cadastrais Ltda.
Conta do Fundo	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.
Contas de Recebimento	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento;

Contrato de Agente de Recebimento	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento.
Contrato de de Cessão	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão.
Contrato de Cobrança	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora.
Contrato de Consultoria	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e a Consultora.
Contrato de Custódia	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Distribuição	é o Contrato de Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundos, firmado entre a Coordenadora e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Escrituração	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora.
Crítérios de Elegibilidade	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Custodiante	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data da 1ª Subscrição de Quotas	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.

Devedores	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito.
Dia Útil	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional.
Direitos de Crédito Elegíveis	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 do Regulamento.
Direitos de Crédito	são todos os direitos e títulos representativos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Documentos Comprobatórios	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, § 1º do Regulamento.
Documentos da Operação	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Agente de Recebimento.
<i>Duration</i>	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento;
Encargos do Fundo	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 53 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembléia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento.
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum.
Gestora	é a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
IGP-M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instituições Autorizadas	<p>São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A.
Instrução CVM 356	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, e Instrução nº 442 da CVM, de 8 de dezembro de 2006 e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006.
Instrução CVM 409	é a Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, com as alterações promovidas pela Instrução nº 411 da CVM, de 26 de novembro de 2004, e Instrução nº 413 da CVM, de 30 de dezembro de 2004.
Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios.
Meta de Rentabilidade Prioritária	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento.
Obrigações do Fundo	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, à remuneração e amortização, e ao resgate das Quotas.
Patrimônio Líquido	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX do Regulamento e às provisões referidas no Capítulo XVIII do Regulamento.
Periódico	é o jornal Valor Econômico.
Política de Cobrança	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito descrita no Anexo V do Regulamento.

Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Seniores	são as quotas da classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Subordinadas em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas	são as quotas da classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.
Quotistas	são os titulares das Quotas.
Razão de Garantia	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do patrimônio do Fundo e a parcela do patrimônio líquido do Fundo equivalente às Quotas Seniores.
Regulamento	é o regulamento do Fundo.
Resgate Antecipado	é o resgate antecipado das Quotas promovido pelo Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 31 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SOMAFIX	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados.
Suplemento	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 31, §1º do Regulamento.
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Regulamento.
Taxa de Consultoria	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento.
Taxa DI	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p>

	<p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
Taxa Mínima de Retorno	<p>é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante do Parágrafo 4º do Artigo 4 do Regulamento;</p>
Termo de Adesão ao Regulamento	<p>é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento.</p>
Valor Unitário de Emissão	<p>é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série.</p>
Valor Unitário de Referência	<p>significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento. sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.</p>

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES

Administradora e Coordenadora da Colocação das Quotas	Consultora
Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Srta. Carla Lopes Av. Presidente Wilson 231, 11º andar, Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 3974-4618 Fac-símile: (21) 3974-4501 E-mail: fidc@mellonbrasil.com.br Internet: www.mellonservicosfinanceiros.com.br	Silverado Informações Cadastrais Ltda. At.: Sr. Manoel Teixeira de Carvalho Neto Av. Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, São Paulo - SP Telefone: (11) 5096-8190 Fac-símile: (11) 5542-4302 E-mail: infocad@silverado.net
	Custodiante e Agente Escriturador
Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda. At.: Sergio Lima Av. Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301, Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 2510-9900 Fac-símile: (21) 2510-9901 Email: fidc@mellonbrasil.com.br Internet: www.mgib.com.br	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão At.: Sr. Reginaldo Moraes da Cruz e/ou Sr. Mário Sérgio Ruoco Rua Alexandre Dumas, nº 2200 São Paulo – SP Telefone: (11) 5189-5477 / 5189-5370 Fac-símile: (11) 5189-5170 E-mail: reginaldo.cruz@db.com / mario.ruoco@db.com Internet: www.deutsche-bank.com.br
Consultores Legais	Auditores Independentes
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At.: Sr. Joaquim Oliveira Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	KPMG Auditores Independentes At.: Sr Bruno Gomes Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: brodrigues@kpmg.com.br
Agência de Rating	
Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. At.: Sr. Decio Baptista Santos Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar São Paulo - SP Telefone: (11) 3377-0707 Fac-símile: (11) 3377-0739 E-mail: decio@austin.com.br Internet: www.austin.com.br	

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, declara, na condição de Administradora e de Coordenador da Oferta que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo; e (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta, constantes do presente Prospecto e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Administradora ser administradora de outros fundos de investimento em direitos creditórios, tais como o Fundo, que têm como custodiante o Custodiante.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora pertenciam ao mesmo grupo econômico, o Mellon Group. A Administradora e a Gestora mantêm uma política de segregação de suas atividades, de forma que a prestação dos serviços de administração e gestão da Carteira do Fundo pela Administradora e pela Gestora não conflita de nenhuma maneira com os interesses do Fundo.

Relação entre a Administradora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Consultora ter sido contratada para realizar a consultoria de investimento de outros fundos de investimento administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora e demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Na data deste Prospecto, a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora e demais Prestadores de Serviços ao Fundo não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão dos demais Prestadores de Serviços terem sido contratada para prestar serviços de outros fundos de investimento em que atuem a Administradora, o Custodiante a Gestora e a Consultora.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedentes dos Direitos Creditórios	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão.
Direitos de Crédito	são todos os direitos e títulos representativos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Instituição Administradora	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Coordenadora	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Rua Alexandre Dumas, nº 2200, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série	50.000 Quotas Seniores.
Montante da Oferta	R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores da 1ª Série	R\$1.000,00 (mil reais).
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão da 1ª Série	08 de agosto de 2007, data da primeira subscrição de Quotas Seniores do Fundo.
Datas de Amortização Programadas das	As Quotas Senior serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da

Quotas Seniores da 1ª Série	presente emissão; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.
Período de Carência da 1ª Série	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 1ª Série	130% da Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série	A.
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores	180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série	A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão organizado, por meio do SOMAFIX, da CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e do BOVESPAFIX. A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.
Negociação	As Quotas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF.

Cronograma das Etapas da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Evento	Datas indicativas*
Protocolo do pedido de registro na CVM	26/07/2007
Disponibilização do Prospecto	02/08/2007
Registro da Emissão na CVM	02/08/2007
Publicação do Anúncio de Início	07/07/2007
Final do Prazo de Distribuição	03/02/2008
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	04/02/2008

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

A partir da data de publicação do Anúncio de Início e enquanto não tiver sido publicado o Anúncio de Encerramento, o que deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da publicação do Anúncio de Início, os investidores poderão aceitar a Oferta Quotas Seniores e subscrevê-las junto ao Administrador.

Data de Início e Término da Oferta

A presente Emissão somente terá início após (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, que deverá ocorrer imediatamente após a data da concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores. A colocação das Quotas Seniores deverá ser efetuada até 03 de fevereiro de 2008, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 1ª Série (08 de agosto de 2007).

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

Maiores Informações

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou da Coordenadora da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

Administradora e Coordenadora:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar,
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3974-4518
Fac-símile: (21) 3974-4501
www.mellonservicosfinanceiros.com.br

Gestora:

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301,
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2510-9900
Fac-símile: (21) 2510-9901
www.mgib.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111
Rio de Janeiro, RJ
ou
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
São Paulo - SP
www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

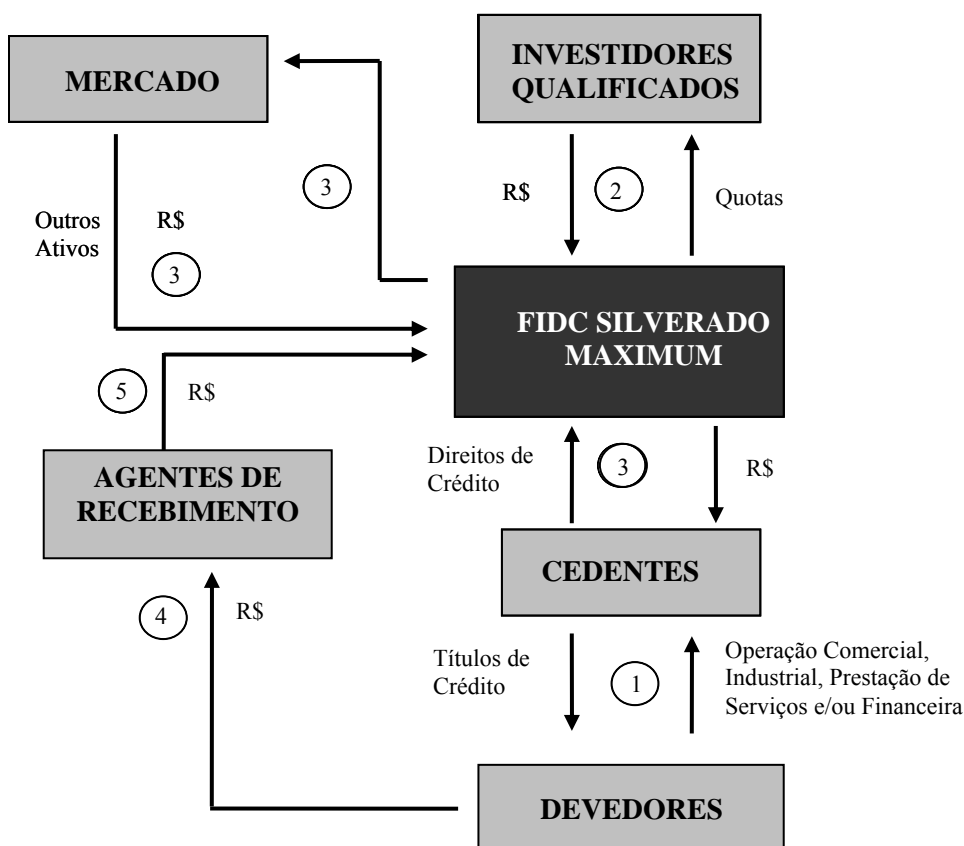
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora e Coordenadora e da CVM.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. As operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços entre Cedentes e Devedores constituem Direitos de Créditos lastreados em Títulos de Crédito.
2. O Fundo capta recursos mediante a emissão de Quotas, as quais são adquiridas e integralizadas pelos Investidores Qualificados.
3. O Fundo utiliza os recursos recebidos conforme o item 2 para adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes e outros Ativos Financeiros.
4. No vencimento dos Títulos de Crédito, os Devedores efetuam o pagamento dos valores relativos aos Direitos de Crédito junto aos Agentes de Recebimento.
5. Os Agentes de Recebimento repassam ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

O FUNDO

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas (i) na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, (ii) por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 54, Parágrafo 3º do Regulamento, ou (ii) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do Regulamento. O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto no Capítulo XIX do Regulamento.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2007, sob o nº 730080 e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007 e em 1º de novembro de 2007, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493 e em 1º de novembro de 2007 sob o nº 744210.

O Fundo caracteriza-se por ser multisetorial, com “multi-cedentes” e “multi-sacados”, estando o Fundo habilitado a adquirir Direitos de Crédito de diferentes Devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão previamente selecionados pela Consultora, mediante (i) a análise da capacidade econômica e financeira das Cedentes e dos Devedores e (ii) a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento. Após a seleção e pré-verificação dos Direitos de Crédito pela Consultora, a Custodiante realizará a efetiva verificação do enquadramento do Direito de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previstos no Capítulo V do Regulamento.

A Consultora possui departamento técnico especializado e experiente na análise, seleção e avaliação de crédito e compra de recebíveis.

Todos os recebíveis adquiridos pelo Fundo contam com co-obrigação do Cedente, independente da qualidade do Devedor dos Direitos de Crédito.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como Devedores empresas de diversos setores de atuação, sem concentração em um setor ou Devedor específicos, observados os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo descritos no Artigo 8º do Regulamento.

As operações do Fundo não contam com nenhuma garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução da CVM 356, conforme alterada.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução CVM 409.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas no Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento das Quotas, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores.

A rentabilidade alvo das Quotas Seniores do Fundo para as Quotas Seniores da 1ª Série é de 130% da Taxa DI.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto nos Capítulos IV e V do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, incisos I e II da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito originários de direitos e títulos representativos de crédito decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos de Crédito (a “Alocação Mínima”).

O total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observados os termos estabelecidos no Regulamento.

Adicionalmente, o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, e o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Fundo poderá realizar, ainda, operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento do Fundo, poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a Duration dos títulos de emissão e/ou coobrigação das pessoas em questão consideradas conjuntamente,

calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (ii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

$$D = \frac{(C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

$D = Duration$

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = número de dias para o vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea “ii” acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e (v) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos termos do § 2º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados no item “ii” acima. O percentual mínimo ora estabelecido poderá ser excedido na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos de Crédito e os demais Ativos Financeiros da Carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. **Antes de adquirir Quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.**

As aplicações nas Quotas Seniores não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora, do Custodiante, ou do Fundo Garantidor de Créditos –FGC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Devedores, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

RAZÃO DE GARANTIA

O Fundo contará com Razão de Garantia.

A relação mínima da Razão de Garantia será de 110% do patrimônio representado pelas Quotas Seniores, até que (i) a Razão de Garantia atinja 125% do patrimônio representado pelas Quotas Seniores; ou (ii) transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos referidos eventos a Razão de Garantia passará a ser igual a 125%.

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% do patrimônio representado pelas Quotas Seniores, por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (ii) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso Os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo XX do Regulamento, para deliberar acerca do comprometimento das atividades do Fundo em razão de tal evento.

Caso a Razão de Garantia seja superior 125% do patrimônio representado pelas Quotas Seniores a Administradora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a amortização parcial das Quotas Subordinadas, do montante que exceder tal montante, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; e
- (ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembléia Geral.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, os Cedentes comprometem-se a ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos Cedentes, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Termo de Cessão compreende: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, compromete-se adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados, e (iii) a discricionariedade da Administradora, de acordo com as orientações da Consultora.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, ainda, civil e criminalmente, pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo tornar-se seu titular e paga aos Cedentes, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Termo de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do que os Cedentes dão ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356.

Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de Quotas.

Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, a Consultora prestará ao Fundo serviços de consultoria e assessoria para análise e seleção de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, o Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Recebimento

Por meio de Contratos de Prestação de Serviço de Agente de Recebimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá contratar Agentes de Recebimento para prestar, em caráter não discricionário, serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores, compreendendo as seguintes obrigações: (a) receber a totalidade dos valores repassados pelos Cedentes nas Contas de Recebimento; (b) conciliar os valores depositados pelos Devedores e identificar os Direitos de Crédito que foram liquidados; e (c) repassar os valores dos Direitos de Crédito recebidos para o Fundo.

Até a data deste Prospecto, a Administradora havia firmado, por conta e ordem do Fundo, Contrato de Agente de Recebimento com o Banco Bradesco S.A..

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a Consultora prestará serviços de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Devedores em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimentos.

A Consultora não é responsável, no entanto, pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V do Regulamento nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante foi contratado para atuar como depositários, dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no Artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades previstas no Contrato de Depósito, o Fundo, com a anuência do Custodiante contratou a Consultora a função de guarda física dos Documentos Comprobatórios, conforme permitido pelo Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes: Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores; (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Capítulo XIII do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se sua integralização, amortização e resgate em Direitos de Crédito; (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, observados os critérios definidos no Artigo 38 do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos, na forma do §1º do Artigo 31 do Regulamento; e
- a emissão de Quotas Seniores seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, corrigidas segundo a meta prioritária de rentabilidade ou o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas Seniores, o que for menor.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente e entre Investidores Qualificados, sendo vedada seu registro para negociação em mercado de balcão, organizado ou não.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão publicamente distribuídas até 03 de fevereiro de 2008, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 1ª Série (08 de agosto de 2007).

Tendo em vista que ainda não são conhecidas as datas para início e término da Oferta, estas serão anunciadas na forma indicada no item “Publicações”, constante da seção “Características da Oferta” acima.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37 e 38 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Seniores. Não haverá relação mínima, em números percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo na respectiva Data de Resgate estabelecida para cada Série em seu respectivo Suplemento, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

As Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas integralmente pelo Fundo nos termos do Artigo 46 do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento e no respectivo Suplemento.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 do Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 37 e 38 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 42 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37 e 38 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, Documento de Ordem de Crédito – DOC ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo. Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no § 5º do Artigo 54 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

A ocorrência de feriado na cidade ou estado em que esteja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer pagamento devido aos Quotistas. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil, ou no primeiro dia útil da cidade ou estado de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; e (d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista, na forma do parágrafo único, do Artigo 70, do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
At.: Srta. Carla Lopes
Telefone: (21) 3974-4618
Fac-símile: (21) 3974-9501
Email: fidc@mellonbrasil.com.br
www.mellonbrasil.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Consultora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, da Coordenadora, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores.

Risco de Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez para Negociação das Quotas em mercado Secundário

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Amortização e Resgate Condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimento

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios e pela verificação da regularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 28 do Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos

Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco de Sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco dos Cedentes destaca-se:

- Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.
- A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.
- Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e Custos de Cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação de Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Risco Decorrente da Falta de Registro dos Termos de Cessão.

As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Consultora, pela Gestora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS

Tendo em vista que, na data deste Prospecto, está sendo realizada a Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo, o Fundo ainda não dispõe de identificação completa a respeito dos Devedores e Cedentes relacionados aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo que representem ou possam representar, individualmente, mais de 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis a seguir da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

O Fundo não estará sujeito a liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Artigo 58 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembléia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembléia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no parágrafo acima determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora determinará ao Custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas-em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Os procedimentos descritos no §4º do Artigo 54 do Regulamento poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no §2º do Artigo 54 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira, convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Na hipótese de a convocação de Assembléia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) as matérias previstas no Artigo 58 e no Parágrafo 2º do Artigo 33 do Regulamento; (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento; e (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente investidores qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo, conforme definidos pela Instrução CVM 409.

As Quotas serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas. A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados documento de ordem de crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, Artigo 48 do Regulamento.

O prazo para efetivação de Amortização Programada será aquele definido no Suplemento de cada série de Quotas. Se a Amortização Programada não cair em Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais.

A remuneração prevista acima será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

TAXA DE CONSULTORIA

Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas no Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Custo	% em relação ao valor da Distribuição	Montante (R\$)
Comissão de Colocação	0,00	0,00
Custos de Classificação de Risco	0,05	24.000,00
Assessoria Jurídica	0,12	60.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,00	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,17	82.870,00
Custos com Cartório	0,00	1.000,00
Total	0,34	169.870,00

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- ◊ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ◊ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.
- (ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
 - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

Sobre os recursos entregues pelos Quotistas para aplicação no Fundo, incide Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, atualmente à alíquota de 0,38%.

Segundo a Lei nº 10.892, de 14 de julho de 2004, as aplicações em quotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Para movimentação financeira dos recursos por intermédio da conta-investimento, a legislação estabelece, para as aplicações financeiras realizadas até 30 de setembro de 2006, a necessidade de trânsito prévio dos valores pela conta de depósito à vista do investidor. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004 poderão ser creditados diretamente na conta-investimento.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo Fundo estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF à alíquota zero.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO

O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

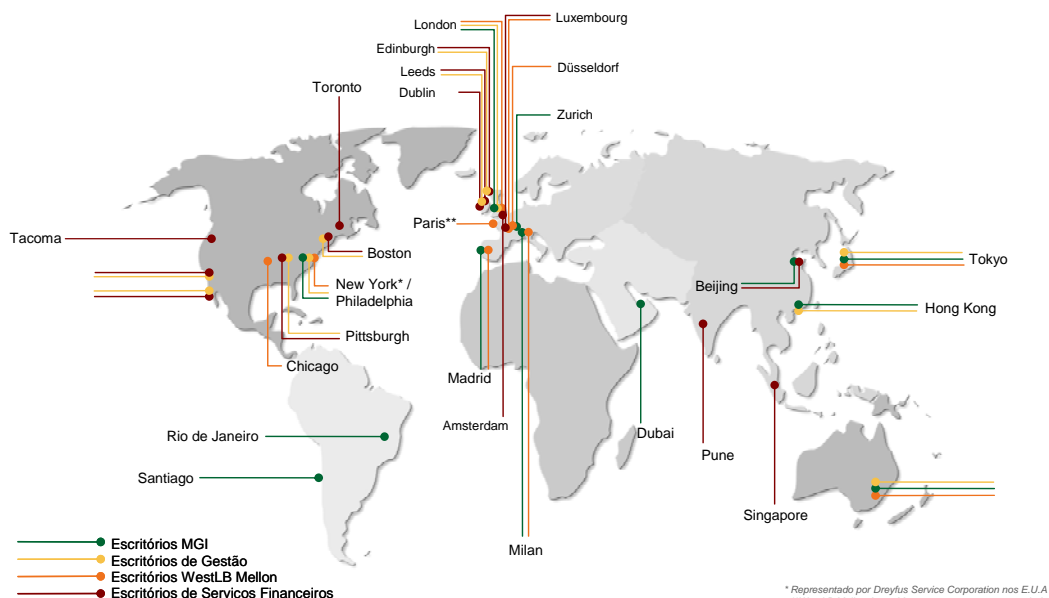
A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi também contratada para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas do Fundo, em regime de melhores esforços.

Breve Histórico

A *Mellon Financial Corporation*, fundada em 1869, com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, é uma corporação de serviços financeiros que se posiciona entre os líderes em serviços financeiros no mundo com USD 5,5 trilhões de ativos sob serviços de administração, custódia e gestão, sendo USD 905 bilhões sob gestão⁴.

Sua posição de liderança em serviços financeiros no mundo é demonstrada pela sua posição como maior custodiante global⁵ e o 12º maior gestor global⁶. As linhas de negócios em que atua abrangem gestão de recursos em fundos exclusivos, mútuos e patrimônios, e soluções de tecnologia para serviços financeiros para clientes institucionais e corporativos.

São 16.700 funcionários no mundo, alocados nos escritórios da Mellon no mundo. Segue abaixo um detalhamento da presença global da corporação.



⁴ Fonte: Mellon Global Investments, Março de 2007

⁵ Global Custodian, Global Custody Survey, August 2005

⁶ Fonte: P&I / Watson Wyatt World 500, Pensions & Investments, Sep 2005 (using data as at 31 Dec 2004)

Mellon oferece uma larga gama de produtos e serviços financeiros por meio de suas diversas empresas afiliadas que estão dentre os mais avançados e reputados nomes para trust e custódia para clientes institucionais, empréstimo de ativos, gestão de investimentos, backoffice de fundos, avaliação de performance, administração de fundos, serviços e controles para investidores e contabilidade de fundos, para clientes corporativos, fundos de pensão públicos, fundações e instituições financeiras globais.

Citamos abaixo o destaque do Mellon no mercado mundial:

- O Grupo Mellon foi considerado o 1º em 23 dos 24 serviços oferecidos, avaliado por gestores a investidores institucionais (Global Custodian, Global Custody Survey, August 2005).
- O Grupo Mellon, ganhou o título de Melhor Custodiante Global: Gestores de Fundos Norte Americanos, Gestores de Fundos Mútuos, Fundos Mútuos e Companhias de Seguro. O Mellon também foi considerado o melhor em 19 dentre 25 categorias de serviços. (Global Investor, Global Custody Survey, May 2005).
- O Grupo Mellon também se classificou em 1º na América do Norte, 1º na Europa Continental, 1º em sua categoria (pelo quarto ano consecutivo), 1º em sua categoria eleito por gestores, 1º em sua categoria eleito pelos fundos de pensão e outros, e 1º em sua categoria eleito por clientes com mais de US\$ 1bi em ativos (R&M Consultants, Global Custody Survey, February 2005).

MELLON NO BRASIL

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi constituída em dezembro de 1997 como uma joint venture entre o Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfolio de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon Serviços Financeiros, subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, atuando em quatro linhas de negócios: asset management, asset allocation, asset servicing e corporate governance.



A atividade de asset servicing é exercida pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., líder em serviços financeiros para gestores independentes, prestando o serviço de administração de fundos de investimento para 70% dos gestores independentes cadastrados hoje, na Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID, Fevereiro 2007).

Os serviços de administração, controladoria, representação legal, risco e compliance são prestados para mais de 530 fundos de investimento, somando R\$ 47 bilhões, data-base de Fevereiro de 2007, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os Regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e de seus reguladores. Segue abaixo, o Ranking de Administradores de Recursos de Terceiro da ANBID, onde a Mellon figura em 10º lugar, tendo à sua frente os principais bancos comerciais com linhas de distribuição em agências.

Administradores de Recursos de Terceiros		Patrimônio ¹
1	Banco do Brasil	174.743
2	Banco Itaú	139.141
3	Bradesco	117.200
4	Caixa Econômica Federal	53.071
5	HSBC	47.534
6	Santander Brasil	39.981
7	Unibanco	37.441
8	ABN Amro Real	36.477
9	Pactual Asset	35.332
10	Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A	31.045
11	Legg Mason Western Asset	20.483
12	Banco Safra de Investimento	18.475
13	Citibank	17.642
14	BEM	16.367
15	Votorantim Asset	15.625

Nota: Nos valores apresentados acima, não são somados os Fundos de Investimentos em Cotas (FIC's), considerados pela Anbid como estruturas de dupla contagem

Substituição

A Administradora poderá ser substituída através da sua renúncia, conforme previsto no Artigo 2120 do Regulamento, ou por decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada e reunida para este propósito.

GESTORA

Para a prestação dos serviços de gestão do Fundo foi contratada a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.

Breve Histórico

A empresa Mellon no Brasil iniciou a atividade de gestão de recursos em Dezembro de 1997 com USD 50 milhões em fundos mútuos de renda fixa e renda variável. A atividade de gestão era concentrada em fundos de indexação ativa e fundos de renda fixa conservadora. O crescimento dos ativos e a ampliação dos canais de distribuição (inicialmente concentrado em clientes institucionais) permitiram a inovação das estratégias como por exemplo, de dividendos e de valor em ações e hedge funds.

Em 2002, razões institucionais levaram a empresa à segregação completa dos negócios de gestão e de administração de recursos. Assim, a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda foi legalmente constituída, para absorver os fundos de gestão Mellon, mantendo os recursos humanos e a estrutura física que já ocupava antes da segregação formal.

A Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda. é uma empresa independente de gestão de recursos de terceiros. O total de ativos sob gestão em fundos multimercados, renda fixa e renda variável, soma cerca de R\$ 4.9 bilhões de reais em estratégias foco⁷.

No mundo, o Mellon gere USD 905 bilhões⁸ em diversas estratégias nas mais diversas classes de ativos. São cerca de 15 boutiques de investimento que geram recursos de forma independente e tem seus produtos distribuídos pela Mellon Global Investments (MGI) em seus escritórios no mundo. Para maiores detalhes sobre as empresas, sobre as estratégias e sobre a localização dos escritórios da MGI, visite o site www.mellonglobalinvestments.com).

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

A partir da qualificação da Consultora perante a CVM para atuar como gestora de carteira nos termos da regulamentação vigente, caberá à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observado o disposto no Artigos 6º e no Artigo 8º do Regulamento. Nessa hipótese, a Consultora poderá, observado o disposto abaixo, a qualquer tempo substituir integralmente a Gestora passando a exercer também as funções desta.

A efetivação da substituição da atual Gestora pela Consultora nos termos mencionados acima, dependerá, necessariamente: (i) de deliberação em Assembléia Geral de Quotistas; (ii) de alteração do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de fato relevante.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Breve Histórico

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mes houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". No decorrer da 2º guerra, entretanto o Banco teve suspensão suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

⁷ ANBID, Ranking de Gestão, Julho 2006, total sob gestão de R\$ 9.9 bilhões (consolidados com números de governança corporativa)

⁸ Fonte: MGI, Março 2007

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

Os Serviços de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos do Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, indicou a Consultora para exercer, (i) na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os “Documentos Comprobatórios”); e (ii) a cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria, havendo a Consultora sido contratada pelo Fundo para tais serviços.

Breve Histórico

A Consultora atua desde 2001 na prestação de assessoria creditícia e cobrança exclusivamente para empresas do grupo Silverado, e é administrada pelo Sr. Manoel Carvalho, o qual se dedica exclusivamente à administração dos investimentos do Grupo Silverado, e que possui as seguintes qualificações e histórico profissional: Mestrado – MBA em 2001 pela Katz Graduate School of Business, University of Pittsburg, e graduado em 1978 pela Administração de Empresas pela FAAP Fundação Armando Alvares Penteado. Participação freqüente em cursos de curta duração em instituições de renome tais como INSEAD, AIF e CFA. Atua há 26 anos no mercado financeiro, havendo exercido as seguintes funções: (i) *Managing Director* do *Senior Corporate Bankers Group* do Banco BankBoston S.A., responsável pelo relacionamento global de 10 dos 80 maiores clientes corporativos do Banco no período de 1998 a 1999; (ii) *Managing Director* Large Corporate, responsável pelo relacionamento e prospecção de grandes clientes corporativos do Banco no período de 1997 a 1998; (iii) Diretor de Finanças Corporativas do Banco Rendimento S.A., responsável pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1995 a 1996; (iv) *Managing Director* do Banco Icatú S.A., responsável pela área corporativa e pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1992 a 1995; (v) *Senior Officer* da Área de Operações Estruturadas do Banco Chase Manhattan S.A., responsável por operações cambiais, de Hedge, Swap e de Export Notes; entre outros. É detentor de grande expertise na análise de risco de crédito, dedicando-se deste de 2001 à administração da Maximum Fomento Ltda. e a Silverado Maximum Desenvolvimento de Negócios Ltda., sociedades de sua propriedade que têm por principal atividade a realização de operações de *factoring*.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços descritos no parágrafo acima, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

Breve Histórico

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Substituição

A Administradora pode contratar outra agência de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Termo de Cessão.

O Contrato de Cessão e cada respectivo Contratos de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretroatável.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adotará taxas de desconto para o cálculo do preço de aquisição dos direitos de crédito em linha com as taxas adotadas pelo mercado para títulos com nível de risco similar àqueles a serem adquiridos. Não obstante, em nenhuma hipótese a taxa de desconto adotada pelo Fundo poderá ser inferior à Taxa Mínima de Retorno.

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo aos Cedentes na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula abaixo, especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}}$$

onde:

PCi = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

$Fator_{ce}$ = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,75 \right\}^{Dui}$$

Taxa DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição

Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros o Fundo deverá observar os seguintes limites:

- (i) o total de coobrigação de qualquer Cedente pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ii) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido. O limite ora estabelecido não se aplica a títulos de emissão do Governo Federal; e
- (iv) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas, outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste item poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a Duration dos títulos de emissão e/ou coobrigação das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

$$D = \frac{(C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

D = Duration

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição respectiva data de vencimento.

d = número de dias para o vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Títulos de Créditos, observados os limites de concentração estabelecidos neste Prospecto.;
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores; e
- (c) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos.

O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito (i) que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e/ou (ii) oriundos de Devedores que estejam inadimplentes com os Cedentes a mais de 180 dias na data da cessão.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Termo de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo à cada um dos Cedentes, em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito. O Preço de Aquisição deverá considerar, no mínimo, a taxa mínima de retorno calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TMR} = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno

INADIMPLENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda. Além disso, observadas as disposições previstas no Artigo 49 do Regulamento, a Consultora poderá identificar potenciais compradores para aquisição de Direitos de Crédito que estejam vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo.

Tendo em vista que, na data deste Prospecto, está sendo realizada a Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo, para captação de recursos e posterior aquisição de Direitos de Créditos, nos termos do seu Regulamento, o Fundo ainda não dispõe de informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamentos de Direitos de Créditos que comporão a carteira do Fundo.

Após o início das atividades do Fundo, o Custodiante realizará, por amostragem, procedimento de auditoria periódica dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a sua regularidade, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo: Erro Estimado
Tamanho da Amostra
População Total
Fator Amostral

Adicionalmente, o Auditor Independente realizará, na periodicidade definida pelo Custodiante, procedimentos específicos, por amostragem, com o objetivo de verificar a exatidão das informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação.

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo V ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Anexo VI ao Regulamento contém a descrição detalhada da política de concessão de créditos a ser observada pelos Cedentes na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

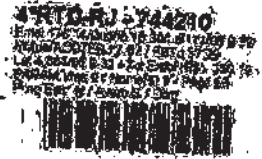
- Anexo I** - Regulamento do Fundo
- Anexo II** - Suplemento do Regulamento Relativo à 1ª Emissão de Quotas Seniores
- Anexo III** - Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Lista de Registro de Atas das Assembleias Gerais do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM
CNPJ nº 08.845.618/0001-54

ATO DO ADMINISTRADOR

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM, resolve adotar o regulamento do FUNDO em virtude das
deliberações do OFÍCIO VM/SRE/CTR, I/Nº 1898/2007, passando a vigorar na forma em
anexo.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2007.

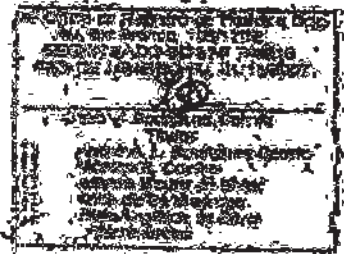
[Assinatura manuscrita]

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO OFÍCIO

Ata de reunião da comissão de ANACORP do
Banco do Brasil S.A. de 06/11/2007
O QUE CERTIFICA: 01/11/2007

COPIAS DESTA ATA
Fornecidas para: [illegible]
Em 01/11/2007
Assinatura: [illegible]



REGRAS DE INVESTIMENTO
E OUTROS
DOCUMENTOS

REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM

Declarado de

01 de novembro de 2007

PROJETO DE LEI Nº 2.100/2005
DE 19 DE JULHO DE 2005
DO SENADO DA REPÚBLICA

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	1
CAPÍTULO II - OBJETIVO	2
CAPÍTULO III - FUNDOS ALVO	3
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELIGIBILIDADE	5
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	6
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	7
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	16
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	19
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	20
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	21
CAPÍTULO XII - QUOTAS	23
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	23
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	27
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	27
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	28
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	28
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	29
CAPÍTULO XIX - ENCADEFAMENTO A RAZÃO DE GARANTIA	30
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	31
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	33
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	34
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMISSA DE DOCUMENTOS	37
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	38
ANEXO I - DEFINIÇÕES	39
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	46
ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO	49
ANEXO IV - MODELO DE SUPLENIMENTO	52
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIRETOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO MAXIMUM	54

SENTESE DE PULSAÇÃO
AQUÍLO DE
SENTESE DE PULSAÇÃO

ANEXO VI – SUPLEMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DOCTAS SENIOR



Assinado e rubricado pelo Presidente do Conselho de Administração
e pelo Diretor de Crédito
em 14 de Junho de 2014.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Parágrafo 1º - A carteira do Fundo é proporcionada aos seus Quotistas e valorizada de suas Quotas por meio da aplicação de seu Património Líquido na aquisição de (i) Dívidas de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados, entre os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento e Política de Investimento e Composição da Carteira.

Parágrafo 2º - Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, participações e ações assegurados aos seus titulares, sob termos dos Contratos de Cessão Firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Parágrafo 3º - Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser negociados, cotados ou negociados em Bolsa de Valores devidamente em bolsa do Fundo, conforme o caso, em bolsas específicas abertas no Brasil, no sistema de liquidação financeira administrado pelo CVM ou em instituições em todas as autorizadas à prestação de serviços de corretagem pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 4º - A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, e análise e seleção dos Direitos de Crédito, e assim adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberá exclusivamente à Consultoria, após aprovação pela Administração em nome do Fundo e ratificação para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento e uma vez atendida a condição estabelecida, caberá à Consultoria, a análise e seleção dos direitos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 5º - Após o cadastramento nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V e seguir, a Consultoria poderá considerar passível de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito cuja aquisição, para regularmente admitidos, propicie ao Fundo uma carteira líquida ou igual à taxa mínima de Rendimento, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMR = (1 + Taxa I)$$

sendo:

TMR = Taxa Mínima de Rendimento

Parágrafo 6º - Uma vez aprovada pela Consultoria de Direitos de Crédito que, caso atenda, passível de aquisição pelo Fundo, a Consultoria deverá informar ao Conselho a respeito dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referência referida atendem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento.

*Verificar se há alguma alteração
e se há alguma alteração
e se há alguma alteração*

Parágrafo 2º - Não obstante seja a Comissão Administradora a responsável pelo cumprimento dos Direitos de Crédito aos Cotistas de Elegibilidade, a Custodiante será responsável pela verificação do cumprimento dos Direitos de Crédito aos Cotistas de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento.

Parágrafo 3º - Não obstante a diligência da Administração, da Comissão, da Assembleia e dos Especialistas em valores, em relação à política de investimento definida neste Regulamento, a Administração, a Comissão, a Gestora ou Custodiante não poderá ser responsabilizada pelo desempenho ou não dos Direitos de Crédito, por eventual desvalorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por qualquer motivo de liquidação do Fundo, assumida na aquisição de títulos inerentes a esta política de investimento. Não há garantia de que os objetivos de rendimento serão alcançados.

Artigo 3º - Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 90% (noventa por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VI.

Parágrafo Único - Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos prazos de prazo deste Artigo 3º, o Fundo deverá absorver os recursos provenientes da referida nova emissão em Dinheiro Efetivo de que dispuser nos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de integralização de tais Quotas.

Artigo 4º - A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros e ativos relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do BACEN;
- d) operações compromissadas, inclusive nos títulos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c", sempre contratadas com instituições autorizadas;
- e) depósitos e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e outros instrumentos de renda fixa de emissão das instituições autorizadas, exceto com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Parágrafo Único - Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 10% (noventa por cento) do seu Patrimônio Líquido em ativos mencionados nas alíneas "b", "c" e "d", acima. O percentual máximo em qualquer uma das alíneas poderá ser excedido na hipótese de realização de emissão de novas Quotas nos 90 (noventa) dias contados da data de integralização de tais Quotas.

Resolução de Diretoria nº 001/2018
de 07/05/2018
Assinada pelo Presidente do Conselho

Artigo 1º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seminares será avaliado na forma estabelecida no artigo 1º deste Regulamento, poderá ocorrer o desequilíbrio entre os valores de avaliação (i) dos Direitos de Crédito e das Ações Seminares e (ii) das Quotas Seminares, a Gestora poderá realizar operações de hedge visando exclusivamente na modalidade "com garantia", nos mercados de títulos de moedas locais e estrangeiras, com o objetivo de proteger os valores da carteira do Fundo, desde que não sendo contra o princípio da Integridade Ativa.

Parágrafo Único: Os despesas diretamente incorridas a título de proteção de margem de garantia em espécie, ajustes de câmbio, primária e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os custos líquidos das operações, deverão ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 2º Com relação aos Direitos de Crédito e Ações Seminares, a Administração e a Gestora e a Consultoria deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo, de acordo com o Artigo 1º e do Regulamento Interno.

- a) O total de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, relativos à uma mesma Emissão, pode representar até 15% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- b) O total de emissão de um instrumento de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de empresas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento no mesmo ramo, pode representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite na subseção (b) se aplica também às emissões do Governo Federal;
- c) O total de emissão, sob administração de uma mesma instituição financeira, de seu controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de empresas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administração e a Gestora, suas controladoras, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas ligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administração, e os fundos de investimento administrados por fundos, pela Administração, ou por ligadas ou pelas pessoas ou das ligadas acima mencionadas, atuam ou controla ou controlam, observada a limitação máxima de 15% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 2º poderão ser excepcionados caso relação a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, desde que (i) a composição dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a Direção dos limites de emissão sob administração das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 50 (cinquenta) dias; e (iii) em se tratando de Emissão, este não tenha ocorrido em menos de 180 (cento e oitenta) dias.

*Resolução nº 100/2015
de 15 de maio de 2015
do Conselho Administrativo*

$$D = (C_1 + C_2) + (C_3 + C_4) + (C_5 + C_6)$$

Símbolos:

(C) = Dívidas:

- C₁** = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição;
- C₂** = Juro de mora incidente sobre o valor do vencimento do título de crédito, na data do cálculo;

Parágrafo 1º Não há limite de cobertura por cedência;

Artigo 9º As operações de compra e venda de títulos de crédito aplicados nos Capitulos serão observadas obrigatoriamente com base no Patrimônio Líquido da Fundação imediatamente anterior;

Artigo 10º As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administração; (ii) da Gestão; (iii) da Consultoria; (iv) do Patrimônio; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo de Garantia de Crédito - FGC;

Capítulo V - Disposições Gerais

Artigo 11 O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição, o Pagamento, imediatamente, aos seguintes critérios de elegibilidade: (i) "Elegíveis de Elegibilidade";

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Títulos de Crédito, emitidos e emitidos de conformidade com o disposto no Artigo 1º desta Resolução;
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas por empresas comerciais, industriais, imobiliárias, de seguros, de atendimento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada uma das Cedentes, e as operações realizadas entre estas e suas respectivas Devidoras;
- (c) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devidoras que, na data da respectiva aquisição, não sejam devedoras de outros Direitos de Crédito da Fundação, do Fundo, ou de suas filiais;

Parágrafo Único Quando não adquiridos Direitos de Crédito representados por títulos, ou relativos a contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e de serviços para entrega futura, os títulos ou contratos representativos desses contratos, nos quais se refere o Parágrafo 1º do Artigo 11 da Instrução CVM 356.

segundo de todos os documentos
e o artigo 14
segundo de todos os documentos

Parágrafo Segundo O Fundo não adquire Direitos de Crédito (D) que tenham vencidos e pendente de pagamento quando da sua criação, nem em situações de Devedores que não tenham cumprido com os Devedores a mais de 180 dias da data da criação.

Artigo 12 O Fundo adquire Direitos de Crédito (D) e todas e quaisquer outras vantagens, privilégios, prerrogativas e ações e outras vantagens reservadas.

- a) as demais normas e condições deste Regulamento;
- b) as normas, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- c) os procedimentos internos de aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Devedores de Elegibilidade definidos neste Regulamento;
- d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento;

Artigo 13 Cada uma das Carteiras é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Crédito e dos respectivos, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo de Crédito em relação aos quais as Carteiras se obrigaram com os Devedores, essas serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos, respondendo tanto legalmente solidária aos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Os Carteiras deverão observar a política de concessão de crédito estabelecida no Anexo III do presente Regulamento, na concessão de créditos que obedam a ser, de longo, de médio, por classificação de risco.

CAPÍTULO VII - FATOR DE RISCO

Artigo 15 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a, flutuações de mercado e/ou a risco de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir, manter ou potencialmente manter, o Fundo de Crédito deve avaliar cuidadosamente, a fim de suas próprias estratégias, financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis dos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontadas a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que essas atividades de Administração, o Conselho e o Comitê de Crédito não poderão ser responsabilizados, caso ocorra, em caso de qualquer deterioração ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, ou pela flutuação de mercado secundária para os Quotistas, os Titulares de Quotas e os Ações.

*Documentos e arquivos
de 1964 a 1968
do Departamento de Economia*

Documentos do (IB) por eventuais perdas decorrentes das atividades ou rescate de suas quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º - Fases do Mercado:

(a) **Fases da Política Econômica do Governo Federal.** O Fundo, seus ativos e Cédulas e as Despesas das Cartas de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervirá diretamente na política monetária, fiscal e cambial, e consequentemente, indiretamente na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabelecer a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e liquidades, no comércio exterior, entre outros. O governo, o Conselho Monetário e os resultados dos Cédulas e das Despesas, as Despesas econômicas específicas em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origem e pagamento das Despesas de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) mudanças das taxas de câmbio, (ii) alterações na inflação, (iii) alterações nas taxas de juros, (iv) alterações na política fiscal, e (v) outras condições políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que possam afetar o Brasil, ou as relações internacionais.

Mudanças da Economia Federal, para manter a estabilidade monetária, bem como a especulação sobre eventos, atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e bem como volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cédulas e das Despesas, bem como a liquidez das Cartas de Crédito.

(b) **Risco de Descontamento das Taxas.** O Fundo possui uma responsabilidade financeira principalmente em relação às Cartas de Crédito. Considerando-se que o valor das Cartas de Crédito é determinado de acordo com a Meta de Rentabilidade Prioritária anelada à Taxa Diária conforme estabelecida em cada Suplemento, poderá ocorrer o descontamento, entre outros, de (i) das Cartas de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cartas de Crédito. Com o advento tais descontamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administração, a Gestão, a Comissão e a Custódia não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelas Cartas de Crédito, inclusive quando ocorridas em razão de tais descontamentos.

(c) **Risco do Ativo Financeiro.** O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e valores de mercado. Em caso de queda de valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não sendo, no entanto, garantia de que não se esteja por períodos longos e/ou indefinidos.

Parágrafo 2º - Risco de Crédito:



Resolução (inter) de 10/10/2014
Art. 10, IV
Resolução (inter) de 10/10/2014

(a) **Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito.** Devido à capacidade dos Devedores em honrar seus compromissos passivos e integralmente, conforme contratado. Em caso de inadimplência do Devedor de crédito, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Credores (obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que possuem tal natureza, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

(b) **Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros.** Devido à capacidade dos Devedores em honrar seus compromissos passivos e integralmente, conforme contratado. Em caso de inadimplência do Devedor de crédito, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Credores (obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que possuem tal natureza, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Parágrafo 3º - Riscos de Liquidez:

(a) **Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros.** Diversos fatores podem ocasionar a falta de liquidez dos investimentos nos quais se incluem valores mobiliários integrantes do patrimônio do Fundo, de negociáveis e de outras formas de ativos de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

(b) **Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito.** O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações de curto prazo de fundos de investimento brasileiros, visto que não existe, no Brasil, mercado secundário para liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador para o preço de alienação de tais Direitos de Crédito, podendo ocorrer uma falta de liquidez causada para o patrimônio para o Fundo.

(c) **Riscos para Resgate das Quotas em Mercado Secundário.** Os fundos de investimento em títulos creditícios são um tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afeta a forma e o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em títulos creditícios e a liquidez desse tipo de investimentos, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A falta de liquidez do investimento das Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas de venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

sempre e sempre presente
a vida e a
sem a natureza humana

(9) **Antecipação e Resgate Condicionado das Quotas.** As únicas formas de resgate de quota, para efetuar o pagamento da amortização e do resgate das Quotas, é a Antecipação (i) dos Direitos de Crédito, pelos respectivos Devedores, e (ii) dos Ativos Financeiros, pelas respectivas contrapartes, após o pagamento desses resgates e, se for o caso, depois de apuração todos os meios cabíveis para a cobrança, em judicial ou judicial, dos respectivos ativos, o Fundo não dispõe de quaisquer outros meios para efetuar o resgate e amortização e ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Titulares.

Ademais, o Fundo está exposto a determinadas perdas inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados dos que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administração ou Gestor alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação desse tipo de ativo. Constatando-se a existência de dificuldades, ou resgate das Quotas, a limitação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administração quanto o Gestor ou o Corredor, estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorram nos prazos originalmente previstos, não sendo devido, desde hipotecas, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administração, o Gestor e o Corredor, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - Riscos Operacionais:

- (a) **Falhas de Procedimentos.** Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fluxo de política de crédito e ventos internos adotados pela Companhia, podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Flutuantes e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplência.
- (b) **Documentos Comprometidos.** Nos termos da legislação vigente, o Corredor é a responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e outros ativos integrantes do patrimônio do Fundo, bem como pela verificação dos Direitos de Crédito em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, a Companhia, com a anuência da Administração, aceita a indicação da Companhia para efeitos de cópia de tal documentação, a guarda física dos Documentos Comprometidos. O Corredor realizará auditorias periódicas, por amostragem, nos Documentos Comprometidos e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar se sua regulamentação observada os parâmetros indicados no Artigo 2º deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Companhia do Fundo poderá, como Direção de Crédito, emitir Documentos Comprometidos apresentando irregularidades, que poderão obter o plano executado, pelo Fundo, das informações documentais da qualidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Corredor, a Administração e o Fundo tenham o direito contratual de poder, transmitido nos respectivos Documentos Comprometidos, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar um risco ao Fundo de verificar a veracidade

Assinatura de quem recebeu
01/10/2011
Assinatura de quem recebeu

originação e formalização das Dívidas de Crédito e de Capital e, também, judicial ou extrajudicial, das Dívidas de Crédito, relativas ao Fundo.

Por fim, os Documentos Comprobatórios desta natureza em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que, na hipótese de ser necessário em decorrência o Fundo sofrer as dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem, a Administração, a Gestora e a Controladora não serão responsáveis por eventual prejuízo ocasionado pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança das Dívidas Creditórias decorrentes da extrajudicial ou judicial dos referidos documentos.

107

Importância dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Unidade do Fundo.
Todos os recibos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito relativos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão manifestados para a Controladora do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil de seu recebimento. Após de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de transferir as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplência dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais ou processuais, e as transferências dos recursos para a Conta do Fundo, a responsabilidade das quotas poderá ser negociada após, mediante pedido ao Fundo e aos Quotistas, após de qualquer período de pagamento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações pelas devidas.

A reconciliação dos valores depositados pelas Devedoras nas Contas de Recebimento e a manifestação dos agentes de unidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento, com as Devedoras ou a Controladora, sempre que houver informações incorretas ou incorpóreas nos Agentes de Recebimento, podendo haver uma reconciliação e manifestação decorrente de valores a Conta do Fundo, a que poderá ocorrer, desde que o Fundo e os Quotistas.

Ademais, em caso de falha das Contas de Recebimento ou de Conta do Fundo, ou de inadimplência dos Agentes de Recebimento ou de Controladora, os Devedores serão notificados e obrigados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a conta, sendo competente cobrada pelo Fundo e respondida pelo Controlador dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores, através de pagamento referente aos Direitos de Crédito, diretamente ou não, com exceção, mesmo se notificados para tanto, caso os pagamentos relativos ainda sejam realizados em qualquer outra conta que não tenha sido indicada pelo Fundo, ou de qualquer contratado, como Agentes de Recebimento ou Controladora, os valores que receberam os valores em pagamento serão transferidos e restam no Fundo. Não há garantia de que tais valores estejam no estado após a entrega para o pagamento desta conta, exceto em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

108

Risco de Omissão. Devido a complexidade operacional própria dos fundos de investimento, os dados creditícios, não há garantia de que as fontes de informações sobre os

Handwritten note:
...a ser pago em
...a ser pago em...

...a ser pago em...
...a ser pago em...
...a ser pago em...

Artigo 12.º - Outros Pontos

- (a) **Lista de Instrumentos Negociáveis.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de investimento, por meio de contratos, variações no valor de seu Património Líquido, superiores às que tenham sido, até à data, não terem sido, em tal situação, antes, ampliam as perdas patrimoniais do Fundo e dos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para protecção das posições à vista, existe o risco de posição não representativa por "delta" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) **Lista de Descontinuidade.** A Política de Investimento do Fundo, descrita no Capítulo IV, estabelece que o Fundo deve destinar-se, principalmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente, de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da possibilidade destes de originar Direitos de Crédito Específicos para o Fundo mediante os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV, acima.

Os Cedentes podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o desempenho pelo Fundo de seus negócios e, por isso, a possibilidade de alterar sua política patrimonial e operacional, conforme estabelecido neste Regulamento.

Quanto ao Valor dos Cedentes, Montantes:

Os Cedentes não se encontram obrigados a vender Direitos de Crédito ao Fundo, independentemente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de recebimento de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tida-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o património do Fundo. Os Direitos de Crédito e bens adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, mobiliário, de habitação, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizados entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as prestações contraídas entre os Cedentes e os Devedores, e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cobrir as perdas e que também as Contingências de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dada causa aos procedimentos do Capítulo XII do

Assinado e rubricado pelo
Presidente do Conselho
de Administração

Reservados os poderes políticos e administrativos do governo e o crescimento da capacidade podem levar à diminuição da quantidade de títulos de Crédito Agrícola.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma de Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Estes Títulos de Crédito representam os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios que não são juridicamente passíveis ainda apresentarem irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderá ser necessária decisão judicial para resolução do problema relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderão ser propostas ações judiciais desfavoráveis. Em qualquer caso, o Fundo poderá sofrer prejuízos pela demora, seja pela ausência de recolhimento de recursos.

(iv) **Riscos e custos de cobrança.** Os custos associados com os procedimentos judiciais em relação às obrigações necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes do patrimônio do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos contribuintes, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observada a que seja deferida pelos Quilistas em Assembleia Geral. A Administração, a Comissão, a Direção, o Conselho e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por elas dirigidas ou indiretamente controladas e filiadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção de medidas ou procedimentos, caso de qualquer das Quilistas, Saneiras e Subsidiárias deixem de atuar, no âmbito da necessidade para, tanto.

(v) **Limitação do Desdobramento de Riscos.** A realização de investimentos no Fundo, por si só, não implica a que o Fundo seja sujeito, de quais poderão apresentar perdas para os Quilistas. Embora a Administração mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não se trata de uma política de hedge, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perder para o Fundo e para os Quilistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficácia reduzida.

(vi) **Risco decorrente de volatilidade dos ativos.** Os ativos integrantes do patrimônio do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, pela natureza de avaliação e mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes do patrimônio do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor dos Quilistas.

(vii) **Risco decorrente da falta de registro dos Títulos de Crédito.** As vias originais de cada Título de Crédito são arquivadas imediatamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis e Documentação na sede do Cartório e da Cedente. O registro de imóveis de caráter de cadastre tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que não a Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevalece. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito pertencentes por terceiros que tenham sido cedidos ou cedidos pelo Cedente a não do seu conhecimento. Assim, as hipóteses de o Cedente celebrar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um residente, e não realização de registro poderá

*Assinado e rubricado pelo
Administrador do Fundo*

analisar a contabilidade de que a fundo continuada com o Fundo a integral e total
potencialidade como uma entidade. A Administração, a Gerência, o Conselho e a Comissão
são, cada um, responsáveis por eventuais perdas incorridas pelo Fundo em razão da
impossibilidade de cobertura dos Direitos Creditados em decorrência da falta de regime de
Fundo de Crédito.

Art. 15. Responsabilidade de Garantia de Rentabilidade. A rentabilidade de desempenho atribuído pelo Fundo
para a rentabilidade de seus Quotistas é apenas uma mera referência pelo Fundo, não
constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária, gerando nenhuma de rentabilidade aos
investidores, seja pela Administração, pelo Conselho, pela Gerência, pela Comissão, pelo
Fundo Garantidor de Crédito - FGC, ou qualquer outro gestor. Caso os ativos do Fundo,
incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a realização das
Quotas Semiores, não há na Meta de Rentabilidade Prioritária a rentabilidade dos Quotistas
em relação à meta atribuída no respectivo Suplemento. Todos os resultados verificados no
passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado ou
no próprio Fundo não representam garantia de rentabilidade futura.

Art. 16. Fundo Rico. O Fundo também poderá estar sujeito a quais meios e meios de fontes
adicionais de recursos de controle da Administração, tais como: mercado, financiamento de
pagamentos, mudança na política relativa aos Direitos de Crédito e Fundo Financeiro,
alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, ou que
possam causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VII - ADMINISTRAÇÃO

Art. 17. Fundo Rico. O Fundo será administrado por **MILLON SILVEIRO FERREIRAS**,
Inscrição de Pessoas e Valores Mobiliários S/A, inscrita no CNPJ nº 07.201.561/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 233, 11º andar, na
Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a "Administração").

Art. 18. Função da Administração. A Administração deverá administrar o Fundo cumprindo com suas
funções de acordo com os mais altos padrões de diligência e cuidado do mercado, atuando
com integridade, com equidade que todo homem sério e justo deve empregar na condução de seus
negócios, incluindo todos os seus atos com a máxima observância (i) da lei e das normas
regulamentares aplicáveis; (ii) deste Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; (iv)
dos deveres de observância de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos
Quotistas.

Art. 19. Obrigações da Administração. O administrador, o Conselho e a Comissão, além de outras
obrigações legais e regulamentares vigentes, e observada a delegação de poderes e poderes, a
Administração tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exceto os
atribuídos aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integram a carteira do Fundo.

assunto de todas as operações
e prestações de contas
de todo o movimento financeiro

Parágrafo 1º. As atribuições da Administração são aquelas dispostas no Artigo 34 da Lei nº 3.363/58 e suas posteriores alterações, e toda a atividade administrativa da Administração prevista no inciso II do Artigo 35.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior a legislação e regulamentação aplicáveis ao Fundo, são obrigadas à Administração:

- (a) instituições financeiras e Agência de Classificação de Risco e de Crédito;
- (b) a Superintendência de Administração do Estado, a Comissão de Controle de Contas e a Comissão de Controle de Custos;
- (c) a Superintendência de Administração do Estado, a Comissão de Controle de Contas e a Comissão de Controle de Custos;

(b) fornecer o acesso da Agência de Classificação de Risco e de Crédito, preparadas pelo Comitê de Controle de Contas e de Crédito;

(c) informar de imediato sobre eventual reclassificação de risco das Operações do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;

(d) no caso de pedido ou denúncia de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial das Agências de Recrutamento, Cumulativo, ou qualquer outra instituição financeira ou de crédito, qualquer que seja o tipo de operação de crédito, de capital de risco, de curto ou longo prazo, de depósito, de fundo de recursos provenientes de lastros, de crédito para outra conta de depósito, de fidelidade de fundo;

Parágrafo 3º. Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º, as Agências de Recrutamento, Cumulativo, ou qualquer outra instituição financeira ou de crédito, qualquer que seja o tipo de operação de crédito, de capital de risco, de curto ou longo prazo, de depósito, de fundo de recursos provenientes de lastros, de crédito para outra conta de depósito, de fidelidade de fundo;

Parágrafo 4º. A validade do movimento Administrativo:

- (a) prestar contas, com todas as despesas de todos os tipos de operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de parâmetros prestados de operações realizadas em nome de terceiros;
- (b) manter arquivos de sua própria atividade em conformação com as normas das operações realizadas pelo Fundo;
- (c) prestar contas de operações no Fundo, de forma direta ou indireta, e qualquer outra;

As atividades de que trata o item (a) a (c) deste parágrafo abrangem os registros próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladas da Administração, das operações por elas, direta ou indiretamente controladas, e de qualquer outra natureza, inclusive sob controle conjunto, bem como os ativos integrantes das respectivas estruturas e de devedores na estrutura de ativos.

assinado e rubricado
em 15/05/2014
pelo administrador

1. Excepcionalmente, de acordo com o item 10.1 do Regulamento do Fundo, o Fundo do Conselho do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, além das regras próprias estabelecidas, integradas ao Regulamento do Fundo.

Parágrafo 2º. É vedado à Administração, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, carta de crédito ou qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margem de garantia para operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstas neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar os recursos de de outras empresas em caso de desfalcação ou de outras previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a preço;
- (g) vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de administração mercantil, Cédulas de Dívidas Creditícias, exceto quando se tratar de Quotas cuja emissão se subordina às demais para efeito de registro;
- (h) assumir compromisso pré-determinado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outras documentos apresentados aos investidores, promessas de lucros ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de outras instituições de investimentos disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) assumir obrigações de garantia do Fundo;
- (k) obter ou conceder empréstimos, incluindo-se a contratação de crédito e a assunção de responsabilidades por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (l) assumir locação, empréstimo, penhor ou outras dos direitos e demais ativos integrantes do patrimônio do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 15. São devida à Administração, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras funções neste Regulamento, taxa fixa de Administração de 2,5% (dois por cento e meio) anualmente por DCA a taxa de 0,52% (um quinto e dois centos e dois avos),

CONSTITUIÇÃO DO FUNDOS
1º Artigo 12
ARTIGO 13

sempre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia 01 de agosto a realização do referido cálculo, sendo que esse valor não poderá ser inferior a R\$ 1.000,00 (dezenove mil reais) por mês.

Artigo 12 A remuneração de que trata este Artigo 12 será paga pelo Fundo mensalmente até o 15 (quinze) Dia 01 de mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que começar a primeira subscricao de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Artigo 13 A Data de Administração será definida entre a Administração, o Gestor e o Conselho, na forma entre eles acordada e observada o disposto no Artigo 25 acima.

Artigo 14 A Administração poderá estabelecer sua paridade de taxa de Administração e suas parcelas mensalmente pelo Fundo, nos prescrições da seguinte Administração, desde que a autoridade deparar parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 Mediante afixação de 90 (noventa) dias, por meio eletrônico, através de carta enviada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso em Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a "Comunicação de Referência"), a Administração poderá realizar a administração do Fundo, desde que convocar, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Referência, para decidir sobre sua submissão ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo IV da seguir.

Artigo 16 No caso de renúncia, a Administração deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data de Comunicação de Referência, ou até sua efetiva submissão, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administração deverá colocar a disposição da Assembleia que vier a realizar-se, em prazo de 30 (trinta) dias contados da data de submissão da sua renúncia, todas as informações, relativos, entre outros, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva Administração, que estejam sob o domínio, controle, posse ou administração da Administração, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a Assembleia submissa possa cumprir, sem prejuízo de continuidade, com as tarefas e as obrigações atribuídas à Administração, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias contados para submissão poderá ser interrompido, conforme o caso, ficando o prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Referência, conforme o disposto no caput deste Artigo 16.

Parágrafo 2º Caso as Quotas, reunidas em Assembleia Geral, não tenham autorização submissa em 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Referência, ou por qualquer razão, em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Referência, nenhuma submissão assumida eletronicamente todos os direitos e obrigações da Administração e Administração convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e submissão o mesmo a CVM. Caso não haja quorum suficiente, observada a disposto no Artigo 60 deste

Artículo 22. Las tipologías de asistencia de Administración e de liquidación de Fondo no se que cubren, se suman en vigor que tienen sobre responsabilidades civil en criminal: administradores, directores y gerentes de Instituciones Financieras, independientemente de que regan a naturaleza de otras Administradora.

22/02/23 Os serviços de gestão de carteira de Bônus são realizados pela M&B IN. A. B. PEREIRA DA SILVA, S/C Ltda., com sede na Av. Almeida Gomes, 32 - sala 301, cidade de Japerê, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 05.226.848/0001-08 (a "Controladora", adiante termed de "Faber"), de acordo com a Instrução CVM nº 350.

Parágrafo 2º - A entrega de submissão de anual Gestora pela Consultora aos termos do Parágrafo 1º acima demandará necessariamente: (i) de entrega do anu. e submissão Geral de Quotas; (ii) de submissão do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de seu relevante.

Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 desta Regulamento, e em face devida e integralmente estabelecida, caberá ao Colégio de Administração a análise e seleção dos demais Artigos Fundadores e a sua aquisição pelo Fundo.

Programa 2º Na hipótese de rescisão da Consórcio a Administradora ficará obrigada, em até 15 (quinze) dias corridos do recebimento da comunicação acerca da rescisão da Consórcio, entregar a Associação Civil de Quilômetros para a frente do seu substituto, sendo a transferência

Resolução 1000/2010
de 08/09/10
do Conselho de Administração

também inscritas em Quilates que tenham as marcas 300 (cento por cento) das Quotas emitidas.

Parágrafo 1º - No ato da entrega da notificação de renúncia, a Consolida deve apresentar ao administrador as funções (i) de sua respectiva submissão, ou (ii) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da notificação de renúncia, dos atos a que ocorrer primeiro.

Artigo 20º - Será devida à Consolida, a título de honorários pelas atividades estabelecidas neste Regulamento, uma Taxa de Consolidação a ser decidida na Taxa de Administração nos termos previstos em documento celebrado entre a Administração e a Consolida, a ser paga pela Fidejussor mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 21º - Os Direitos de Crédito também poderão ser adquiridos pelo Fidejussor desde que analisado e aceito pela Consolida e a verificação de sua existência nos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos Comprobatórios ficam sob a guarda da Consolida.

Parágrafo 2º - Nos termos do Contrato de Consolidação, o Fidejussor nomeia a Consolida para que possa exercer a realização dos serviços descritos no capítulo do Artigo 24.

Parágrafo 3º - A Consolida não é responsável a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Crédito emitidos ao Fidejussor.

Artigo 21º - O Fidejussor contrata o BRITISH BANK S.A. - BANCO ALBERTO, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.341.329/0001-11, com sede na Rua Alexandre Dumas, nº 2200, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regulamentada e autorizada pelo BACEN e mediadora perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, administração e consolidação do Fundo ("Custodiante" ou "Assessor Administrativo", conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e da legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administração, aceita a utilização da Consolida para exercer, na condição de fidejussor depositário, a guarda física dos originais dos Direitos de Crédito, seus títulos, recibos, parâmetros e outros documentos que integram os Direitos de Crédito nos "Documentos Comprobatórios".

Parágrafo 2º - O Custodiante deverá prestar a auditoria periódica, ou outras análises, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos de Crédito emitidos ao Fidejussor com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por analistas, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de ativos descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas análises periódicas.

CONSTITUINDO-SE
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

será permitido, em Conselho, de suas despesas, pagar a operacionalização das referidas atividades periódicas e a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 2º. Como parâmetro para a definição da abrangência das atividades operacionais a que se refere o parágrafo 1º acima, o Conselho utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio pelo método considerado mais adequado em relação à

$$N_p = \frac{T_1}{T_2} \quad N_c = \frac{N \cdot K_1}{N - K_1}$$

investigação de cotação, quantidade e valor médio dos direitos mobiliários, baseado de confiança de 99% e erro tolerável aceitável, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Sendo:

- A - Fato Estímulo
- B - Tamanho da Amostra
- C - População Total
- D - Fator Amostragem

Parágrafo 4º. O Fundo, após a intervenção e ausência de Administradores e do Controlador, encaminhará a administração da Companhia para, de acordo com os procedimentos de diligências previstos no Capítulo III, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial, como os respectivos Devedores que não efetuem o pagamento do Dividendo de Crédito, sendo que o Fundo, por meio de seu representante legal, poderá atuar no polo ativo de qualquer cobrança judicial, contra tais Devedores, e reconhecer a Companhia de toda e qualquer despesa efetiva e devidamente comprovada na defesa dos interesses do Fundo, observada a disposto no Artigo 17, do Estatuto da Companhia e no Capítulo III do Regulamento Interno de Administração responsável pelo pagamento ou recebimento do Dividendo de quaisquer despesas por conta não aprovadas no Fundo.

Artigo 18. Como Auditor Independente do Fundo há contratado a firma AMARAL, ASSUNÇÃO E ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.773.521/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ruy de Barros, 13, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único. O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administração e pelo Conselho, com base no arquivo disponibilizado pelo Conselho: relativos aos Dividendos de Crédito de tempo em tempo adquiridos pelo Fundo, por amortização, (i) identificação dos Devedores inadimplentes junto ao Conselho e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e emitirá o Relatório de Administração e Gestão ao Conselho e o Conselho relativo e fundamentado dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Artigo 19. Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das ações emitidas pelo Fundo há contratado a firma RATING BRASIL DE RATING S.A., inscrita no CNPJ nº 07.093.888/0001-10, sociedade devidamente cadastrada na CVM.

SECRETARIA DE FINANÇAS E ECONOMIA
Nº 00000-00
UNIDADE ADMINISTRATIVA

Assina no CNPJ/MF sob o nº 03.803.488/0001, Os signatários da Carta Leopoldo Couto de Azevedes Jr., 110, 7º andar, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO

Artigo 10º Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetivam o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Títulos de Crédito, todos respectivamente Cédulas de Crédito, sob as responsabilidades do Fundo, por meio de depósito junto com uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Crédito e dos Contratos de Agência de Recebimento, conforme informado pela Consultoria aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agência de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão fornecer para a Conta do Fundo, em até 01 (um) Dia Útil de seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes fazer a cessão de valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, e informar a Consultoria acerca da transferência, sob pena de ser considerado o fazendo, ficando impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultoria deverá transmitir a informação ao credenciado até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultoria será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, depois Devedores cessarem inadimplentes, na qualidade da mandataria do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultoria não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pela pagamento de qualquer dos Direitos de Crédito dos Devedores que cessarem inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 11 A Administração, em nome do Fundo, e o presente mandante da Consultoria acordaram uma ou mais das seguintes Quotas Semoras, desde que:

- (a) nenhuma Quota de Avaliação ou Venda de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;

**Assinado e rubricado pelo
Presidente do Conselho de
Administração**

16) O respectivo Suplemento será devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;

(c) A emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, por meio do CNJ, conforme a Instrução CVM 356;

Parágrafo 1º Cada unidade da série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser necessariamente precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores; (ii) Valor Unitário de Emissão; (iii) Data de Emissão; (iv) Datas de Amortizações Programadas; (v) Data de Vencimento; e (vi) Área de Rentabilidade Potencial da respectiva série de Quotas Seniores (o "Suplemento").

Parágrafo 2º A Área de Rentabilidade Potencial de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, das Quotas terão seu valor calculado com base no artigo 37º a seguir.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a)** direito de amortização em regime de resgate de Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b)** Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c)** Valor Unitário calculado, pelo Dia Útil, para efeito de distribuição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observado os termos adotados no Artigo 37 do Regulamento;
- (d)** direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação às Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Senior corresponderá a 1 (um) voto;

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5º Fica autorizada a cancelamento de saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo será considerado a satisfação de no máximo 1.000 (mil) Quotas Seniores.

Artigo 22 O Fundo poderá Quotas Subordinadas poderão ser emitidas em circulação por número indeterminado das mesmas.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a)** subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observado o

REDAÇÃO DE JORNAL ESCRITURA
E OUTROS
ANEXO DE PERMUTA ESCRITURA

Capítulo deste Regulamento

- (b) somente poderão ser resgatadas após a integralização das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Dólares Estadunidenses;
- (c) o Valor Unitário de Resgate na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Resgate calculado com base no índice (i) a seguir:
- (d) este índice calculado todo Dia Útil para efeito de definição do seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 13 deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto;
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre as titulares de Quotas Subordinadas.

Artigo 32. As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo 1º. As Quotas Seniores serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

Parágrafo 2º. As Quotas Subordinadas não serão objeto de oferta pública de quotas e agrades, podendo ser negociadas privadamente e entre investidores Qualificados sendo vedado seu registro em mercado de bolsa organizado no Brasil.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 31 e 32 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota mais 1 Dia Útil em quotas), por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, Documento de Ordem de Crédito - DOC, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, que valha a substituição, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35. A emissão de Quotas ocorrerá se pela abertura, pelo Agente Emissor, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º. No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assina o recibo de subscrição (que será assinado pela Administradora) e (ii) se comprometerá a integralizar as

Handwritten note:
Anexo 1 - Regulamento das Quotas Seniores

Quotas subscritas, conforme o previsto no Regulamento de Distribuição de respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O termo de conta de depósito, emitido pelo Agente Escrivente, será o documento hábil para comprovar (a) a obrigação de Administração, perante a Quilana, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo e (b) a propriedade da número das Quotas pertencentes a cada Quilista.

Artigo 24 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administração.

Artigo 25 A partir da Data de 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será estabelecido pelo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência (definido no Parágrafo 1º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os valores das Quotas Seniores não serão inferiores à amortização ou resgate de suas Quotas, e uma remuneração superior ao valor de sua Quota, calculada utilizando o prazo desta Artigo de respectiva Data de Amortização e Data do Resgate, e que respeite o limite máximo de remuneração previsto para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a interpretação dos resultados descritos no item (b) do caput deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Com relação à Data de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (a) a Data de Emissão de Quotas Seniores de série e respectivo Valor Unitário de Emissão; ou (b) nas Data Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência, no Dia Útil imediatamente anterior, anterior dos rendimentos no período, cuja base de Data de Referência Privilegiada estabelecida para as Quotas Seniores de série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Data de Amortização, após os pagamentos de amortização, o Valor Unitário de Referência, será definido de maneira efetivamente pelo a Data de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 26 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas ocorrerá na mesma Data de emissão da primeira série de Quotas Seniores.

Parágrafo Único A partir da Data de 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor

início será calculado todo Dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, dividido o valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação, na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 33. As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observada o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único. A ocorrência de liquidação da entidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, seguinte e não imediatamente subsequente.

Artigo 34. Sem prejuízo do previsto no Artigo 31 e sem que o Fundo possa realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e ser emitida de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 35. Observada a ordem de abate dos recursos prevista no Artigo 37 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita, o Fundo terá disponibilidade para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem resgatados na referida Assembleia Geral.

Artigo 36. Qualquer alteração nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meio de Remuneração Prioritário das Quotas Seniores de qualquer série deverá observar os requisitos específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 37. É facultada a amortização parcial de Quotas Subordinadas antes do resgate das Quotas Seniores no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Razo de Garantia, desde que o Fundo tenha disponibilidade para tanto.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 38. Observada a ordem de abate dos recursos prevista no Artigo 37 deste Regulamento, o Custodiante, notificado pela Administradora, segundo orientações da Comissão de Investimentos ou outras instituições financeiras do Fundo, correspondentes: (i) aos titulares das Quotas Seniores, na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 31 e 36 deste Regulamento; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, na hipótese prevista no Artigo 37 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 31 e 36 deste Regulamento.

Handwritten note:
...e não há
...e não há

Parágrafo 1º A Administradora cessará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, Documentos de Crédito - DDC ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, que venha substituí-las.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escrivente, nas respectivas Quotas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme a caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, ou, na hipótese prevista no Art. 57 deste Regulamento, em Dólares de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja em Dia Útil, ou seja, feriado na Cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento, no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer incidência nos valores devidos.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 35 As Quotas Seriores serão negociadas para negociação em bolsa de valores ou entidade de bolsa organizada, no BOMAFIN, no CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação no BOMAFIN, de acordo com a legislação vigente, observada que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, taxas ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam investidores Qualificados.

Artigo 36 Na hipótese de negociação de Quotas Seriores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o subsequente pagamento do preço será processada pelo Agente Escrivente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, do conteúdo do Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - DISSOLUÇÃO E ALIQUOTAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 37 Determinada a partir da Data da 1ª Solução de Quotas Seriores da primeira série, a liquidação integral das Operações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Comissão, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às necessidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, e demais incidentes no mês imediatamente subsequente ao mês calendário em que for estimado o respectivo provisionamento;

- (c) devolução, aos titulares das Opções Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Supplemento de emissão de Opções Seniores, por meio do resgate ou amortização de parte das Opções Seniores expiradas;
- (d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Opções Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48. Os ativos que compõem o patrimônio do Fundo terão seus valores calculados, todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) as ações financeiras serão precificadas de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tal como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente as cotações de mercado e mercado adjacente pelo Custodiante e as incidentes são provisionadas pela caixa de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 362 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º. O Fundo terá escrituração de contábil própria.

Parágrafo 2º. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o agio no o deságio auferido na sua aquisição, serão reconhecidos em caso de liquidação de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de amortização feito de forma exponencial, com base num total de 362 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer, multiplicando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida a adequada carga de juros ou despesa no resultado do período.

Artigo 49. As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos adotados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.882, de 21 de dezembro de 1999. O valor auferido em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a compor a nova base de custo, adicionado ou a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequentemente, leve a seu reconhecimento, fundada nos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º. Não obstante o estabelecido no Regat, não será instituída provisão para débitos devidos em relação aos direitos creditórios e ativos financeiros que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.882, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificadas como nível 1, ou nível 2A.

Parágrafo 2º. Não obstante o estabelecido no Regat, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em razão a partir de 181 dias e oitenta e um dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Handwritten note:
...
...
...

Parágrafo 1º. Na hipótese de existência de Dívidas de Crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias na carteira do Fundos Consultora deverá empreender uma política adequada para identificar potenciais compradores para sua Dívida de Crédito.

Parágrafo 2º. Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o reconhecimento da contabilização de perdas acima referidas, os mesmos serão destinados exclusivamente à integralização do Fundo, e a Consultora deverá então restituir os recursos recebidos aos Cobreadores para que providenciem a regularização do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Parágrafo 3º. A Consultante deverá realizar a consolidação da posição "em ser" da carteira de Dívidas de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente de Resgate.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO A RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 30. Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seriores até a última Data de Resgate, a Consultora verificará, toda Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seriores do Fundo, a "Razão de Garantia", é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definida abaixo.

Parágrafo Único. Para fins deste Artigo 30, a Relação Mínima será de 110% (cento e dez por cento) até que a Razão de Garantia atinja 120% (cento e vinte por cento) ou, quando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos neste parágrafo a Relação Mínima passará a ser igual a 120% (cento e vinte por cento) da "Relação Mínima".

Artigo 31. Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar imediatamente a) o Conselho de Quotas Subordinadas, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o enquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- b) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da correspondência prevista no alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único. Caso Os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do texto deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 32 deste Regulamento.

Artigo 32. Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima, a "Razão de Garantia", a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a antecipação parcial das Quotas Subordinadas, de maneira que exceda a Relação Mínima, mediante subscrito de

avaliação inicial da empresa
— 1987/0, 91
avaliação documental da empresa

respostas dos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente, por este Regulamento;
- (ii) na data da liquidação, não se tenha verificado qualquer dos eventos de Avaliação no Evento de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º Para fins do disposto no caput deste Artigo, a Administradora deverá emitir, em 91 (noventa e um) dias após o recebimento de notificação a ela enviada pela Comissão, nos termos da alínea "a" do Artigo 51, actuação a ocorrência de Evento de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Cada titular de Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, após o recebimento da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o valor a ser amortizado em relação às Quotas Subordinadas de sua titularidade, observado o disposto no caput deste Artigo 51.

Parágrafo 3º A Administradora, observado o disposto no caput deste Artigo 51, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas no dia seguinte ao do recebimento da comunicação das Quotas prevista no Parágrafo 2º deste Artigo, sujeito à confirmação pela Comissão da continuidade do Evento de Cobertura.

CAPÍTULO XIX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 51 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:
(a) "Evento de Avaliação".

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação ou de (som) o(s) nível(is) abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) insolvência, pela Comissão, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Compra, desde que, notificado pela Administradora, não seja em justificação o descumprimento, não o seja no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Quotas de Crédito que preencham os "Critérios de Elegibilidade";
- (d) cessação pela Comissão, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Contratação;
- (e) caso a Razão de Crédito não seja mantida dentro do prazo estabelecido pelo "reajustamento" dos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) o fornecimento do valor contábil dos Devidos de Crédito recebidos e não pagos, por prazo final,

Assinatura e rubrica do representante legal da empresa

ou superior a 10% (dez por cento) das cotas, representando a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

Artigo 54. O Fundo não estará sujeito à liquidação antecipada. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação das Oportunidades, Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar e aprovar a continuidade das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, poderá a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, instaurando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos da Seção 53 deste Regulamento.

Parágrafo 1º. Mesmo que o Evento de Avaliação seja concluído antes da realização da Assembleia Geral prevista no Capítulo XX, a referida Assembleia Geral será instalada e desempenhará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º. Na ausência de as Oportunidades deliberarem pela liquidação do Fundo, essas deverão estabelecer em Assembleia Geral os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e negociações.

Parágrafo 3º. No caso de liquidação antecipada do Fundo, será descumprida as Oportunidades dispostas o resgate das Oportunidades por elas detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Oportunidades das Oportunidades dispostas, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, parte dos recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão imediatamente utilizados para o resgate destas Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Oportunidades dispostas com pagamento em Dólares da Califórnia.

Parágrafo 4º. Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Oportunidades dispostas, no mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor de participação de cada Quota no valor total das Oportunidades em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administração e a Comissão Liquidadora todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os direitos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos disponíveis no recebimento pela venda dos valores das Oportunidades em Circulação serão imediatamente destinados à Conta do Fundo;
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII e Administração.

Resolução de 14/05/2014
e 14/05/2014
e 14/05/2014

determinar as custódias que debita a Conta do Fundo e proceder ao resgate das Quotas Seniores em Conformidade com o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 2º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administração poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade de resgate dessas Quotas em Dívidas de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 3º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, em o pagamento integral das Quotas Seniores, que, em qualquer ou em Dívidas de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo a ordem de prioridade de resgate prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poder promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelo titular das Quotas Seniores em Circulação em conformidade nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto a titularidade dos Direitos de Crédito constantes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações com Quotistas;
- impostos e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da emissão de Attestados;
- encargos e comissões pagos sobre as operações do Fundo;

- ## CAPITULO III - ASSEMBLEIA GERAL

- (1a) - analisar, analisando, do ponto de vista do A (autor) desde a apresentação do exercício social, as contas relativas ao Fundo e debitar sobre as demonstrações financeiras aprovadas pela Administração;
- (2a) - debitar sobre a substituição da Administração;
- (3a) - debitar sobre a elevação de Grau de Administração cobrada pela Administração, inclusive na hipótese de reatendimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (4a) - debitar sobre as incorporações, fusão, cisão ou incorporação de fundo, observado o procedimento do Capítulo IV deste Regulamento;
- (5a) - aprovar qualquer alteração do Regulamento, e os demais Documentos da Empresa;
- (6a) - aprovar a substituição do Conselho, dos Agentes de Registro, da Gerência, da Consultoria, do Auditor Independente, da Agência de Classificação de Risco;
- (7a) - aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administração, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;

...
...
...

- (b) aprovar o montante das despesas e encargos ordinários da Fundação, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se a mesma decorer de exigência legal ou regulamentar;
- (c) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de qualquer dos eventos de extinção;
- (d) aprovar os procedimentos e serem adotados para a repasse das Quotas do Fundo mediante decisão em Assembleia da Direção de Crédito.

Artigo 22. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, desde que tal alteração decorra exclusivamente da alteração da composição das entidades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo contratos e ajustes de partes, não materiais nos définitivos e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, imperativamente, no prazo determinado pelas entidades competentes.

Artigo 23. A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias úteis de antecedência, dando em primeira convocação, e com 3 (três) dias úteis de antecedência, nas demais convocações e deve ser por meio de aviso de taxa, publicação no periódico autorizado para divulgação das informações do Fundo ou pelo meio de acesso eletrónico das Quotistas, dos quais constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda que de forma escrita e original ou, sempre acompanhado das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelas Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral será constituída validamente constituída, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe a qual pertencam independentemente das formalidades previstas no Lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral e que comparecerem todas as Quotistas.

Parágrafo 3º. A Presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, a Administradora e/ou as Quotistas que detinham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Conselho de Administração, do Conselho Independente de Gestores, do Conselho de Supervisores, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º. Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar às Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.



Handwritten note:
...
...
...

Parágrafo 1º. Salvo arquivamento de forma mais, a Assembleia Geral deve ser realizada na sede da Administração, e quando for realizada em outro local, os membros ou as partes interessadas das sociedades devem indicar, com clareza, o lugar de reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 2º. Na hipótese de convocação de Assembleia Geral em caráter extraordinário, a convocação deve ser feita por meio de edital, de forma que, por meio dele, seja informado aos Quotistas, a Administração deve, ainda, simultaneamente, ao editar nos Quotistas, cópia da referida convocação à Assembleia.

Artigo 11. A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação de Quotas por representante legalmente constituído na pessoa de 1 (um) sócio, sendo que o instrumento de mandato deve ser depositado na sede da Administração no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 12. Reservado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação das Quotas deverá ser aprovada pela maioria de maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. A alteração das estatutárias, estatutos, regulamentos e diretrizes das Quotas Subordinadas dependem de aprovação das maiores de maioria das Quotas Subordinadas em Assembleia.

Parágrafo 2º. As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelas maiores de Quotas que representam maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes:

- (i) alteração da denominação da Administração;
- (ii) alteração da política de investimento e de política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração dos termos de Regime de Regime;
- (iv) as alterações previstas no Artigo 11 e no Parágrafo 2º do Artigo 11 deste Regulamento;
- (v) concessão de bens e encargos pela Administração, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (vi) aumento das despesas e qualquer alteração de fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e aumento de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorer de cobrança legal ou regulamentar.

Parágrafo 3º. As deliberações tomadas pelas Quotas, observadas as regras estabelecidas neste Regulamento, serão válidas, eficazes perante o Fundo e obrigatórias para todos os Quotistas.



REGRAS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 21

REGRAS DE FUNCIONAMENTO

Independente de terem comparecido a Assembleia Geral ou não, todos os membros da mesma.

Artigo 22 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia à fim de deliberar sobre assuntos de seu interesse, observadas as seguintes regras de funcionamento, instalação e deliberação previstas neste Regulamento.

Artigo 23 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DE DOCUMENTOS

Artigo 24 A Administração é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico autorizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo preservar a sigilo das informações para aquelas na quais a sigilo da Administração e nas informações relacionadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 25 A Administração deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) a situação do Fundo de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comprometimento de carteira de títulos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Saneadas. As divulgações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as divulgações de divulgação previstas no Artigo 24, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.

Artigo 26 A Administração deve colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor das Quotas; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Saneadas; (iv) as rentabilidades acumuladas ao mês e ao ano civil; e (v) as simples e os relativos das ações classificadas de risco emitidas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Artigo 27 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de auditoria e emissão de parecer pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 28 A Administração deve divulgar, no máximo, imediatamente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor das Quotas; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Saneadas; (iv) as rentabilidades acumuladas ao mês e ao ano civil; e (v) as simples e os relativos das ações classificadas de risco emitidas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de 01 (um) anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico autorizado para a divulgação de

Assinado em 15/05/2014
por [nome] - [cargo]
[assinatura]

inscrições do Fundo ou por meio da lei, crime eleitoral e crime ligado ao Crime. Qualquer conduta, com relação ao Fomento, deve ser precedida de aprovação Onibus.

CAPÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21. Todas as disposições contidas neste Regulamento que se contradiçam com o disposto no Estatuto ou não fazer parte das competências do Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administração.

Artigo 22. O presente Regulamento, respectos e Suplementos e suas alterações serão lidos e registrados no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administração, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administração, e em 40 (quarenta) dias quando a alteração atuar de direito legal ou regulamentar.

Artigo 23. O Exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas por auditor independente registrado no CVM e serão arquivadas nos livros contábeis expedidos pelo CVM. Quando o CVM não emitir tais normas, aplicam-se ao Fundo as demonstrações do CVM, conforme o Artigo 27 deste Regulamento.

Artigo 25. Por ocasião da publicação de uma lista de artigos 24, as demonstrações financeiras do Fundo serão examinadas para, após isso, serem submetidas à aprovação do CVM, nos termos da Instrução CVM 236.

Artigo 26. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

ASSINAR E IMPRIMIR
O
NOME E QUALIDADE ASSINADA

ANEXO I - DEFINIÇÕES

Administradora:	é a Mellon Serviços Financeiros S.A.;
Agência de Classificação de Risco:	é a ABRIN Rating Services Financeiro Ltda. ou sua sucessora a qualquer título;
Agente Escriurador:	é o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, ou sua sucessora a qualquer título;
Agências de Recebimento:	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores das Obrigações de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
Amortização Programada:	é a amortização parcial das Quotas Reservas prevista pelo Fundo nas Datas de Amortização Programadas, conforme previsto no Suplemento de Respostas Série;
Assembleia Geral:	é a Assembleia Geral de Quotas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
Ativos Financeiros:	são os bens, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
BOVESPARIX:	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
Cedentes:	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;
CETIP:	é a Câmara de Custódia e Liquidação a seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Comunicação de Renda:	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia a sua função;
Consultoria:	é a Silverado Informatics Cadastros Ltda. ou sua

Assinado e rubricado pelo
Administrador do Fundo
em 10/05/2011

Conta do Fundo:

relacionada a qualquer Fundo.

É a conta corrente nº 1000124 da União do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em moeda Dólar, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.

Contas de Recebimento:

(i) a conta corrente nº 33436-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 33910, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de swap por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento.

Contrato de Agente de Recebimento:

É o Contrato de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Títulos de Crédito, celebrado entre o Fundo, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento.

Contrato de Cessão:

É o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Administrador, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão.

Contrato de Consultoria:

É o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultoria e o Administrador, em nome do Fundo.

Contrato de Custódia:

É o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Qualificação de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Contabilidade e Escrituração de Contas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre a Custódia e o Administrador, em nome do Fundo.

Contrato de Escrituração:

É o Contrato de Prestação de Serviços de Fundos de Investimento, firmado entre o Agente Escriturador e o Administrador, em nome do Fundo.

Contrato de Serviço:

É o Contrato de Prestação de Serviços de Assistência

Administradora Independente:	denomina a Administradora Independente e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Classificação de Risco:	é o Contrato para elaboração de Ratings de PDG, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora.
Criar e de Eleição de:	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento.
Custodiante:	é o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título.
CVM:	é o Conselho de Valores Mobiliários.
Data de 1ª Subscrição de Quotas:	é a data de 1ª subscrição de Quotas Semiores de cada série ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os apurados são efetivamente colocados pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate:	é a data em que se dá o resgate integral de cada série de Quotas Semiores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização:	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso.
Devedores:	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra as quais os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito.
Dia Útil:	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial no mercado nacional.
Exercícios de Crédito Elegíveis:	significa os Exercícios de Crédito que satisficam cumulativamente, na data de aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento.
Fundo de Crédito:	é o tipo de fundo e fundo representativo de crédito adquirido ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de liquidação de atendimento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre

Reserva para Impostos
de renda e
de lucro e despesas

Documentos Comerciais:

estas e seus respectivos Devedores;

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27, Parágrafo 1º deste Regulamento;

Documentos de Operação:

são os seguintes documentos e seus eventuais adjuvantes: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Compra, Contrato de Financiamento, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agente de Recebimento;

Duração:

é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;

Eventos do Fundo:

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 37 deste Regulamento;

Eventos de Avaliação:

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 38 deste Regulamento;

Eventos de Liquidação:

são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;

Exercício de Contratação:

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;

Fundo:

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;

Instituições Autorizadas:

são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:

- Banco ABN-AMRO Real S.A.;
- Banco Calbank S.A.;
- BBBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo;
- Banco Santander Brasil S.A.;
- Banco BTG Pactual Brasil S.A.;
- BNC Bank N.A. S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Bradesco S.A.;
- Banco Itaú S.A.;
- Banco Unibanco S.A.;
- Banco UBS Pactual S.A.;
- Banco Safra S.A.;

ANEXO II - INFORMAÇÕES
DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO

Fundo	Fundo Valorização S.A.
Norma CVM	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações providas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 438 da CVM, de 3 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006.
Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor, a saber: em fundos de investimento em títulos creditícios.
Meta de Rentabilidade Esperada	É a meta de remuneração de cada série de Quotas Setoriais estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento.
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos do Operado, incluindo, mas não se limitando ao pagamento das Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e do resgate das Quotas.
Pagamento Fluido	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e as provisões referidas no Capítulo XXIII deste Regulamento.
Patrimônio	É o Valor Econômico.
Penalidade Cobrança	É a multa de cobrança aplicada pelo Fundo em face dos credores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento.
Quotas Setoriais em Circulação	É a totalidade das Quotas Setoriais emitidas, excluídas as Quotas Setoriais resgatadas ou as que se encontram em liquidação.
Quotas Setoriais	São as quotas de classe Setorial, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Subordinadas em Circulação	É a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excluídas as Quotas Subordinadas resgatadas.

Resolução CMN 2.507/2011
e Decreto nº 7.093/2011
de acordo com o Regulamento

Opções Subordinadas:	são as opções de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Opções:	são as Opções Seniores e as Opções Subordinadas;
Opções Seniores:	são as titulares das Opções Seniores;
Opções Subordinadas:	são as titulares das Opções Subordinadas;
Opções:	são as titulares das Opções;
Regra de Classificação:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 3º deste Regulamento;
Regulamento:	o Regulamento do Fundo;
Relevância:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 5º deste Regulamento;
Resolução CMN 2.507/2011:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.507, de 29 de novembro de 2011;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SONADEX:	é o índice classificado mundial pela Sociedade Operadora do Mercado de Ações S.A. - SONA, para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada;
Substituto:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 3º, Parágrafo 1º deste Regulamento;
Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 deste Regulamento;
Taxa de Consultoria:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
Taxa Mínima de Retorno:	é a taxa mínima de juro a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante no parágrafo 4º do Artigo 4º deste Regulamento;
Taxa 121:	Taxa, média referencial dos depósitos interfinanceiros (TDI Extra Amplo), fixada pela CBIC e aprovada pela Comissão de Análise de Risco (CAR), expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;

ANEXO DE QUOTAS E OBRIGACOES
- Art. 11 -
- 1º -

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando a distribuição de dividendos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do evento, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelas Titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.

Termo de Adesão:

É o documento por meio do qual o Quotista adere à este Regulamento e que deve ser firmada quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento.

Valor Unitário de Emissão:

É o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na data da Subscrição de Quotas de respectiva série.

Valor Unitário de Referência:

significa: (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores de uma ou respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, ajustado dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento, sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Assinado pelo Sr. [nome] em [data] em [local]

**ANEXO II - TERMO DE ADESAO
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multitermos
SILVERADO MAXIMUM**

Pelo presente Termo de Adesão, a partir desta data, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 13, parágrafo único da Instrução CVM nº 17 de dezembro de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 22 de julho de 2007, pela Instrução CVM nº 455 de 10 de julho de 2006, pela Instrução CVM nº 442 de 10 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 446 de 21 de dezembro de 2006, e Instrução CVM nº 550/07, expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) adote, expressamente, os termos de regulamentação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multitermos Silverado Maximum (o "Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Recebo e declaro de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados, não se referem a significados diferentes no Anexo I do Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 129 da Instrução CVM nº 400 de 14 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter lido e conhecido o Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, adotando formalmente, mediante as suas disposições;
- (c) de ciência de que não foi ou será divulgado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo conhecimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) de ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco decorrente de aplicação financeira em função das características de cada ativo, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Risco", respectivamente) do Regulamento, e que poderá sofrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa intenção de rentabilidade;
- (g) de ciência de que os resultados do Fundo não contam com o patrocínio da Administradora, da Sincora, do Distribuidor, de qualquer intermediário de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

- 104

*apresentar o nome
e o cargo dos representantes legais
do investidor*

- (a) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.612/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelas quotas de fundos de investimento;
- (b) obrigá-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para permitir as movimentações financeiras por ela solicitadas;
- (c) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora copia de toda sua documentação pessoal, bem como de toda e qualquer informação relativa ao fundo e às movimentações financeiras por ela solicitadas (aplicações e resgates);
- (d) que os recursos que serão utilizados na integralização das novas quotas não serão cedidos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (e) em se tratando de quotas emitidas com emissão de Prospecto, haver lido e entendido o texto por ele referido documentalmente.

São Paulo, 11 de 1, de 2007.

Declarando sob a fé de investidor:
Nomes e cargos dos representantes legais:
CPF/RG:
Data:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF/RG:

2. _____
Nome:
RG:
CPF/RG:

ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

A presente política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito por cada Cedente a seus clientes, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

2. APLICAÇÃO

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

3.1 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE CRÉDITO

3.1.1 Limites de Crédito

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

3.1.2 Análise de Crédito

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centros de Informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ata de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica; cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoa física, etc.).

3.1.3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

- A. Histórico dos clientes dos Cedentes;
- B. Informações de bureaus de crédito, tais como SERASA e ou Equifax, conforme o caso;

1

B.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo no período realizado nos últimos 24 meses;

B.2. Inexistência de execuções judiciais contra o cliente;

C. Consulta a entidades emitidas por Cartões de Crédito, conforme o caso;

D. Consulta ao Procon, conforme o caso;

E. Informações fornecidas por fornecedores;

F. Informações fornecidas por bancos e demonstrações financeiras;

3.1.3. Suspensão ou Bloqueio de Crédito

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso de verificação e ocorrência de:

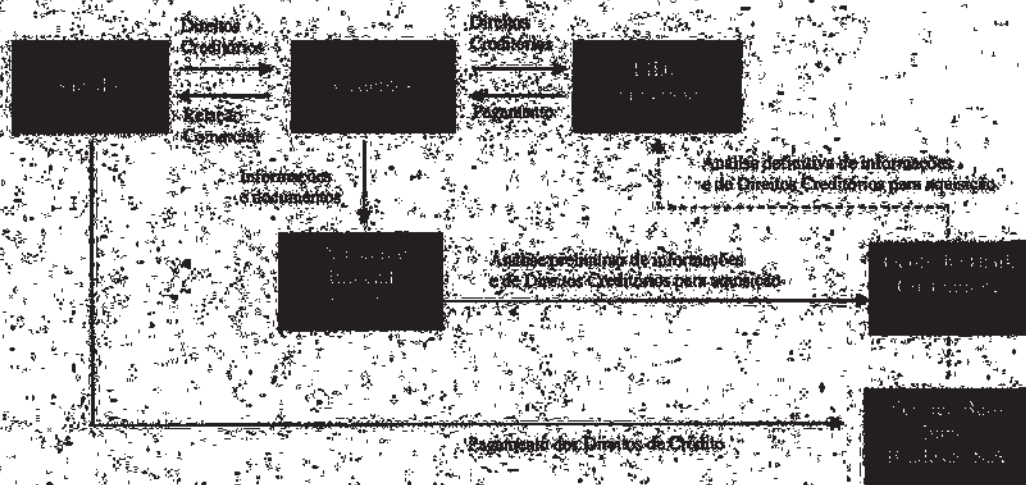
- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inadimplência do cliente por 12 meses ou mais.

3.1.4. Rescisão de Crédito

A rescisão de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente.

4. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:



Assinatura do Diretor
de Administração
e Finanças

ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
[a] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIÓRES**

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISESSIONAL SILVERADO MAXIMUM

Suplemento ao regulamento para edição de [a] Série de Quotas Seniores da [a] Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios MultiseSSIONAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo") realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

a) Quantidade de Quotas Seniores: [a];

b) Valor Unitário do Bônus: [a];

c) Data de Emissão: [a] de [a] de [a];

d) Data de Resgate: dia 30 de [a] mês e ano de Data de [a] Subscrição de Quotas da [a] Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o 1º Dia Útil imediatamente subsequente;

e) Meio de Remuneração Prioritária: acumulação de [a] das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$1 + \left(\frac{Taxa DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortização Programada: A presente série de Quotas Seniores será amortizada integralmente na Data de Resgate, não estando sujeita a amortizações programadas / seu seu principal amortizado parcialmente, segundo as percentuais e datas a seguir estabelecidas:

Percentual do Principal a ser Amortizado	Data de Amortização
[a]%	[a] de [a] de [a]
[a]%	[a] de [a] de [a]

g) Forma de Integralização: [a];



ANEXO DE TÍTULOS E VALORES
Nº 0000-03
ANEXO DO CONTRATO DE FUNDOS

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (excetam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Faz de Janeiro, 14 de julho de 2007.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1.
Nome:
RG:
CPF/MF:

2.
Nome:
RG:
CPF/MF:

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDIMENTOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pela Consultora;

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pela Consultora, segundo as etapas de cobrança a seguir detalhadas:

(a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Crédito, a Consultora entrará em contato com os respectivos Devedores dos Direitos de Crédito;

a.1) notificação aos respectivos Devedores, de acordo com os Direitos de Crédito do Fundo, em conformidade com o Artigo 290 do Código Civil;

a.2) envio de boletim para atualização dos Direitos de Crédito que previra o pagamento na Conta de Recebimento;

(b) após 10 (dez) dias da emissão dos Direitos de Crédito, a Consultora continuará junto aos respectivos Devedores a recebimento do boleto de cobrança mediante:

b.1) a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (e-mail, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;

b.2) a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor de emissão e legitimidade do Direito de Crédito;

(c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o intuito de instruir ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar o envio da segunda via do boleto de cobrança;

(d) após 02 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicar o do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) dias úteis, contados de tal comunicação;

(e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) dias úteis mencionado na item (d) acima, a Carta de Crédito representativa do Direito de Crédito será lavada e protestada pela Consultora no competente Cartório de Protestos;

(f) caso a protesto não seja levantado espontaneamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com o Devedor e com o Cedente a ele relacionado, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;

(g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá considerar a inadimplência dos Devedores parcelamento dos valores dos

RECURSOS DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
1º OFÍCIO-04
ATA DA COMISSÃO PERMANENTE

Direitos de Crédito, ou adotar outras alternativas eficazes para obter o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito;

- (b) não havendo acordo em negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do título de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.

Resolução nº 100/2017
de 19 de maio de 2017
do Conselho Municipal

ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Municipais
SILVERADO MAXIMUM
CNPJ nº 08.245.618/0001-24

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Municipais SILVERADO MAXIMUM (a "Quota") realizada nos termos do presente Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- c) Data de Emissão: 08 de agosto de 2017, data da primeira subscrição de quotas do Fundo;
- d) Data de Resgate: dia 30 de 35º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que, caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade: Principais: acumulação de 130% das Taxas DL, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, dividida em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Líquido de Referência entre duas Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$1 + \left(\frac{Taxa_{DL}}{100} \right)^{252} - 1 \approx 130\%$$

onde:
Taxa DL corresponde à Taxa DL aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcelar conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão;
- (iii) 60% (sessenta por cento) do Dia de Resgate.



Modelo de Projeção de Fluxo de Caixa
e Projeção de Lucro e Despesa
Modelo de Projeção de Fluxo de Caixa

1. Forma de Integralização: A - Paga em moeda corrente.

Os campos editados neste Suplemento, incluídos em forma de cláusulas (sejam ao singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2007.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA DE VALORES MOBILIÁRIOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

<p><u><i>[Assinatura]</i></u> Nome: Cargo: Carla Lopes Procuradora</p>	<p><u><i>[Assinatura]</i></u> Nome: Cargo: Dirceu Pires Procurador</p>
---	---

Testemunhas:

<p>1. <u><i>[Assinatura]</i></u> Nome: Dirceu Pires RG: 10.318.248/93 CPF: 035.443.754-54</p>	<p>2. <u><i>[Assinatura]</i></u> Nome: Dirceu Pires RG: 10.318.248/93 CPF: 035.443.234-24</p>
--	--

ANEXO II

Suplemento do Regulamento Relativo à 1ª Emissão de Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENHORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM**
CNPJ nº 08.845.618/0001-59

Suplemento ao Regulamento para emissão de 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Senhores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisectorial, SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinco mil) Quotas Senhores;

b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);

c) Data de Emissão: 1º de agosto de 2007;

d) Data de Resgate: de 30 de 30º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que esse mês não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;

e) taxa de Remuneração Provisória: acumulada de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto, o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes, definido conforme fórmula a seguir:

$$V_n = V_0 \left(1 + \frac{Taxa DI}{100} \right)^n$$

Onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial;

f) Amortização Programada: A presente Série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (a) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (b) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate;

g) Forma de Integralização: A vista e em moeda corrente;



ENCARGADO DE NUESTRO DEPARTAMENTO
1. 1/1/2007
VIAJE AL EXTERIOR 1/1/2007

Os textos utilizados neste Suplemento, incluídos em letras maiúsculas (exceto no singular ou no plural), que não sejam aqui designados de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2007.

Julia Játora

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTIMERCADO SILVERADO
MAXIMUM REPRESENTADO POR ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1. Carolina Oliveira de Souza
Nome: CAROLINA OLIVEIRA DE SOUZA
RG: 24.142.144-4
CPF: 045.915.145-55

2. Carolina Oliveira de Souza
Nome: CAROLINA OLIVEIRA DE SOUZA
RG: 24.142.144-4
CPF: 045.915.145-55



ANEXO III

Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Relatório Analítico

**Rating
Preliminar**

A

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o Fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 19/jul/2007

Validade: 06/jun/2008

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 19 de julho de 2007, atribuiu o **rating A**, com perspectiva estável, para a primeira série das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (o "Silverado FIDC" ou o "Fundo"). Esta classificação traduz uma probabilidade baixa de que os cotistas seniores não recebam o pagamento do principal, acrescido do rendimento esperado nas datas de resgate das cotas a serem emitidas.

O Silverado FIDC, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios indicados e selecionados pela consultoria especializada Silverado Informações Cadastrais Ltda. (a "Consultora") decorrentes de operações de vendas mercantis realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços ou Ativos Financeiros, respeitando os critérios de elegibilidade e a política de investimento detalhada no Regulamento do Fundo.

O Silverado FIDC terá como objetivo alcançar uma rentabilidade para as Cotas Seniores de 130% do DI ao ano. A Primeira Série contará com um volume de até R\$ 50.000.000,00, (cinquenta milhões) representado por até 50.000,00 (vinte mil) Cotas Seniores com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). O Fundo também contará com até 10.000,00 (dez mil) Cotas Subordinadas com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). A relação mínima entre o PL do Fundo e as Cotas Seniores estabelecida no regulamento do Fundo é de 120,0% (cento e vinte por cento).

A classificação atribuída fundamenta-se essencialmente nos rigorosos critérios para a seleção de direitos creditórios estipulados na política de investimento e nos critérios de elegibilidade estipulados no regulamento do Fundo, definindo em alto grau o perfil de risco do Fundo. Paralelamente, incorporou de forma positiva a rigorosa política de crédito a ser utilizada pela Consultora para a seleção dos mesmos. Paralelamente, a classificação atribuída reflete a importante participação de Cotas Subordinadas no PL do Fundo, as quais servem como fator de proteção para o valor das Cotas Seniores. Similarmente, a classificação reflete a elevada rentabilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo. Este fator contribui para a proteção do valor das cotas, na medida em que os recursos associados auferidos por esta rentabilidade sirvam como um colchão de proteção, contribuindo para preservar o valor das cotas contra os impactos negativos de perdas nos créditos adquiridos pelo Fundo. Neste sentido, a inclusão, no regulamento do Fundo, de uma taxa mínima de retorno (significativamente superior ao *benchmark* de remuneração das cotas seniores) para os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo (a qual incorpora também os custos médios para a manutenção do Fundo), é um fator determinante para garantir a rentabilidade das Cotas Seniores. Isto constitui em um fator de proteção relevante para seu valor. A correlação entre o perfil de risco da futura carteira do Fundo, definido pela política de investimento, critérios de elegibilidade e política de crédito a ser implementada pela Consultora, assim como a significativa proteção proporcionada pela elevada subordinação e rentabilidade dos direitos creditórios que comporão sua carteira, definem em alto grau o perfil de risco do Fundo, e consequentemente, sua classificação.

Analistas:

Maurício Bassi
Tel: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Jorge Alves
Tel: 55 11 3377 0703
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios **FIDC MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM**

Entre alguns fatores em observação destaca-se que embora a rentabilidade esperada pelo Fundo seja elevada, o que se torna um fator de proteção para o valor das cotas seniores, em uma conjuntura de queda nas taxas de juros (básicas e do mercado), com reflexo nos preços de aquisição e na disponibilidade de lastro para o Fundo (ex.: direitos creditórios com rentabilidade igual ou superior à taxa mínima de retorno), a capacidade de proteção do fator rentabilidade será diminuída. Neste sentido, o Silverado FIDC tem como desafio a realização do adequado equilíbrio entre a rentabilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo e o perfil de risco destes, visando sempre preservar o valor das cotas.

Paralelamente, outro fator em observação está vinculado a ausência de histórico da carteira a ser adquirida pelo Fundo. Em este sentido, mesmo que a Gestora e a Consultora implementem uma ótima política de gestão de risco de crédito, a multiplicidade de tipos de direitos creditórios (créditos de diferentes naturezas, originadores, prazos e taxas), dificulta uma melhor identificação do futuro perfil / qualidade da carteira. Isto, junto com a ausência de uma carteira de direitos creditórios de referência *ex-ante* (e consequentemente a impossibilidade de realização de qualquer tipo de verificação de seu perfil de risco, ex.: auditoria), dificulta a definição de um perfil de risco de crédito do Fundo mais claro. Embora a metodologia de seleção de direitos creditórios definida pela Gestora e a Consultora seja de ótima qualidade, a sua eficiência ainda não foi testada, sendo que os efeitos reais da sua implementação, particularmente no que toca à gestão dos riscos mais relevantes aos quais o Fundo está exposto (essencialmente de crédito), só poderão ser considerados no médio e longo prazos. Não obstante, deve ser lembrado que a Consultora tem excelente reputação na gestão de risco de crédito. A título de exemplo – carteira de referência apresentada pela Consultora (carteira na qual ela assume responsabilidades de seleção de sacado e cedentes e de cobrança), não apresenta perdas nem atrasos significativos¹ (a carteira apresentada como referência não foi auditada).

PARECER SOBRE METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO DE LASTRO

Em conformidade com a Instrução Nº 442 de 08/12/2006 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - a qual alterou a Instrução Nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e a Instrução Nº 400 de 2003 - e particularmente com as exigências do Artigo Nº 38 daquela instrução, a Austin Rating realizou a avaliação dos procedimentos de verificação de lastro por amostragem, a serem realizados, no ambiente do Silverado FIDC, pela KPMG Auditores Independentes, empresa contratada pelo Banco Deutch Bank S.A. – Banco Alemão (Custodiante).

Os procedimentos a serem adotados pela KPMG são adequados, contribuindo positivamente para o perfil de risco do Silverado FIDC. Apesar disso, os riscos associados a eventos de ausência de lastro não estarão mitigados pelos procedimentos a serem adotados, uma vez que a avaliação por parte da KPMG ocorrerá posteriormente a tais eventos. Além disso, embora sobre uma amostragem significativa, a análise não será feita em 100% da população (totalidade de ativos), o que abre a possibilidade de que, no momento da verificação, possam existir direitos creditórios sem lastro real na carteira do Silverado FIDC. Outro ponto de fragilidade reside na limitação do escopo dos trabalhos da KPMG, que não incorporam uma verificação mais aprofundada do lastro (que se daria por meio da checagem do recebimento de mercadorias / serviços junto aos sacados). Também foi observado pela Austin Rating o fato de que, embora a KPMG tenha considerável experiência nas atividades a serem prestadas, não existe um histórico de efetividade desta no ambiente do Silverado FIDC (dada sua fase ainda pré-operacional). Vale ressaltar que, ainda que a metodologia utilizada para a verificação de lastro por amostragem seja da KPMG, esta função é uma responsabilidade do Custodiante. Este deverá velar pela adequada implementação e operacionalização da metodologia de verificação de lastro por amostragem.

A Austin Rating ressalta que sua opinião está baseada essencialmente na descrição da metodologia transmitida pela KPMG (e sintetizada no regulamento do FIDC), não consistindo em garantia da existência de lastro.

¹ A carteira de referência apresentada pela Consultora não foi submetida a um estudo de auditoria independente.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Fatores Positivos

- Adequada participação de Cotas Subordinadas no PL do Fundo, se materializando em um fator de proteção significativo para o valor das Cotas Seniores;
- Embora não exista um estudo sobre o histórico da carteira de direitos creditórios que comporá a maioria das aplicações do Fundo, a carteira de referência, a qual, segundo a Consultora, terá características similares à carteira do Fundo, apresenta bom perfil de risco de crédito por sacado;
- O PL do Fundo será composto por recebíveis de elevada rentabilidade. Estes se encontram lastreados em operações caracterizadas por elevados *spreads*. Assim, as taxas de cessão irão variar de acordo com a rentabilidade dos contratos de crédito subjacentes. A taxa mínima de cessão (ou Taxa Mínima de Rentabilidade) praticada no Fundo será equivalente a 170% do DI ao ano (o que está devidamente explicitado no Contrato de Cessão). Assim, os contratos que servirão como lastro deverão, como requisito prévio, apresentar, no mínimo, esta rentabilidade anual. Este fator contribui para proteger o valor da Cotas Seniores, mas também para viabilizar o objetivo de remuneração do Fundo;
- O Regulamento do Fundo define uma política de investimento, critérios de elegibilidade e política de crédito a ser adotada pela Consultora (para a seleção dos direitos creditórios) conservadores. Estes critérios servem como filtro efetivo, selecionando contratos de elevada qualidade, sendo específicos, precisos e bem definidos;
- De forma geral, a política de classificação de risco da Consultora é bastante abrangente, específica e coerente. Esta incorpora fatores quantitativos e qualitativos, assim como uma estrita análise de cadastral. Sua incorporação na seleção de cedentes / sacados constitui uma eficiente ferramenta de redução e gestão de riscos. A consultoria especializada, Silverado Informações Cadastrais Ltda., adota bons processos / critérios na seleção dos direitos creditórios que irão compor a carteira do Fundo. A Consultora realiza uma análise exaustiva das empresas originadoras destes direitos. O processo de avaliação dos cedentes e dos sacados segue um estrito *compliance*;
- A Consultora adota processos / metodologias de cobrança de elevada eficiência, segundo padrões estabelecidos no mercado de fomento mercantil. Esta característica da consultoria reduz significativamente as possibilidades de inadimplências ou perdas importantes na carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo;
- Na estrutura do Fundo existe um descasamento entre as taxas que remuneram as Cotas Seniores (pós-fixadas) e as taxas ou fatores que remuneram os direitos creditórios (prefixadas), descasamento que poderia eventualmente afetar a realização do objetivo de remuneração para as Cotas Seniores. No entanto, os prazos médios dos sacados são significativamente curtos, o que possibilita a pronta remarcação destes contratos segundo as taxas de referência do mercado, mitigando de forma importante a possibilidade de que eventuais descasamentos inviabilizem a realização do objetivo de remuneração das cotas seniores;
- Os direitos creditórios cedidos para o Fundo encontram-se lastreados em serviços prestados (performados) pelo cedente. Isso limita a possibilidade de contestação de pagamentos de sacados cedidos ao Fundo;
- A estruturação, custódia, administração, consultoria de crédito, auditoria e gestão do Silverado FIDC são implementadas por partes com elevada reputação e experiência em suas respectivas responsabilidades e atividades;
- Fundo fechado, limitando riscos de liquidez vinculados aos resgates antecipados das Cotas;
- O Fundo apresenta critérios de concentração adequados.

Fatores em Observação

- As características do Fundo, particularmente sua vocação (ex.: multisetorial, multicedente e multidevedor), assim como o amplo espectro de potenciais cedentes e devedores, inviabilizaram, *ex-ante*, a realização de um estudo (ex.: de auditoria) sobre a qualidade, comportamento e características da carteira alvo de aquisição. Embora o Fundo conte, como foi mencionado nos fatores positivos, com uma política de seleção e de aquisição de direitos creditórios de ótima qualidade, servindo para mitigar em alto grau o risco de crédito, a falta de informação mais



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

objetiva sobre a qualidade desta (ex.: inadimplência e perda) dificulta *ex-ante* a avaliação de risco de crédito;

- Eventuais quedas nas taxas de juros básicas e de mercado terão um impacto negativo no nível de rentabilidade do Fundo, diminuindo a capacidade de proteção para o valor das cotas proporcionado por este fator;
- A estrutura do Fundo incorpora um risco de mercado latente. Este se encontra associado ao descasamento de taxas entre os ativos que servem como lastro da maior parte do PL do Fundo (ex.: direitos creditórios), marcados a taxas de juros prefixadas e a taxas que incidem seus passivos, ex.: a remuneração da Cotas Seniores, as quais se encontram indexadas a taxas pós-fixadas (ex.: CDI). No entanto, e como mencionamos nos fatores positivos, este risco é parcialmente mitigado pela possibilidade de remarcação, no curto prazo dos ativos que compõem o lastro, incorporando as novas taxas de referência;
- O Fundo não incorpora um mecanismo de cobrança obrigatória. Paralelamente, a maioria das operações de crédito que servirão como lastro não conta com garantia real integral (caso exista, sua execução não se materializaria no ressarcimento imediato ao Fundo);
- A avaliação *ex-ante* do potencial de geração de lastro para o Fundo não pode ser verificada. Paralelamente, e na medida em que o Fundo exige uma taxa de rentabilidade (ex.: de desconto) específica elevada, em um cenário de queda de taxas de juros, a disponibilidade deste tipo de lastro pode ser comprometida.

CONFIRMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RATING

O rating atribuído ao Silverado FIDC é de caráter preliminar. Este rating não deve ser interpretado como uma opinião final da Austin Rating acerca do risco de crédito do FIDC, visto que está baseado em documentos e informações preliminares. Desse modo, a confirmação do rating está condicionada ao recebimento, por esta agência, da versão final do regulamento do Fundo assim como do contrato de cessão.

A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao Silverado FIDC, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre, será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento da 1ª Série de Cotas Seniores. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO

O Multisetorial Silverado Maximum Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Fundo conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado;
Patrimônio Líquido:	Até R\$ 50.000.000;
Ativo do Fundo:	Direitos Creditórios de natureza financeira / Ativos Financeiros;
Valor unitário por Cota:	R\$ 1.000,00;
Número de Séries:	A definir;
Relação Cotas Seniores / Cotas Subordinadas:	20,0% (vinte por cento) do patrimônio do Fundo equivalente às Quotas Seniores;
Prazo para Resgate:	3 anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores do Fundo.
Objetivo de Remuneração:	130% do CDI;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública;
Administradora:	Melon Serviços Financeiros DTVM S.A.;



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;
Custodiante:	Deutsch Bank S.A. – Banco Alemão;
Consultora	Silverado Informações Cadastrais S.A.;
Consultoria Jurídica:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch – Advogados
Cobrança:	Silverado Informações Cadastrais S.A.;
Amortização (Primeira Série):	As Quotas Seniores serão amortizadas de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º ano contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores do Fundo; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º ano contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores do Fundo; e (iii) 60% (sessenta por cento) na Data de Resgate.

O Silverado FIDC Financeiros tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação de recursos na aquisição de: (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo; (ii) ativos financeiros observando os critérios, a Política de Investimento e a Composição da Carteira do Fundo.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é írisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e - (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.



ADMINISTRADORA

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

COORDENADORA E COLOCADORA

MELLON GLOBAL INVESTMENTS BRASIL S/C LTDA.

CUSTODIANTE

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

CONSULTORA DE CRÉDITO

SILVERADO INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA.

CONSULTORES LEGAIS

SOUZA, CESCON AVEDESIAN, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES



(11) 3231-3003

winnerpublicidade.com